



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO SOCIAL

EMILE MACHADO ALVES CALMON DE SIQUEIRA

A LEGITIMIDADE DO COOPERATIVISMO FOMENTADO PELO
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO:
O CASO DE UMA COOPERATIVA BAIANA

Salvador
2011

Escola de Administração - UFBA

S618 Siqueira, Emile Machado Alves Calmon de
A legitimidade do cooperativismo fomentado pelo investimento social
privado: o caso de uma cooperativa baiana / Emile Machado Alves
Calmon de Siqueira. - 2011.

106 f.

Orientador: Prof. Dr. Robinson Tenório.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal da Bahia,
Escola de Administração, 2011.

1. Investimentos institucionais – Aspectos sociais.
2. Responsabilidade social da empresa. 3. Cooperativismo.
I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Tenório,
Robinson. III. Título.

CDD 658.408

EMILE MACHADO ALVES CALMON DE SIQUEIRA

**A LEGITIMIDADE DO COOPERATIVISMO FOMENTADO PELO
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO:
O CASO DE UMA COOPERATIVA BAIANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Robinson Tenório.

Salvador
2011

EMILE MACHADO ALVES CALMON DE SIQUEIRA

**A LEGITIMIDADE DO COOPERATIVISMO FOMENTADO PELO
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO:
O CASO DE UMA COOPERATIVA BAIANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Professora Doutora Heike Schmitz - UFS (membro externo)

Professor Doutor Genauto França - UFBA (membro interno)

Professor Doutor Robinson Tenório - UFBA (orientador)

Salvador, ___ de _____ de 2011.

A

Leonardo, Filipe e Júlia, fontes permanentes de inspiração e força.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus por ter garantido resistência física e mental para concretizar este sonho e outras realizações pessoais e profissionais, que tornaram este desafio mais intenso.

Aos meus pais, Nilton e Linalva Alves, por terem sido fundamentais para a minha caminhada.

Ao meu companheiro de todos os momentos, Leonardo Moura, por toda a trajetória de vida que estamos construindo juntos.

Ao amado Tio Leônidas, pelo amor e atenção dedicados durante toda a minha vida e por nunca duvidar da minha capacidade de realização.

Ao professor Robinson Tenório, educador e orientador por quem conservarei profunda admiração e apreço pelas grandes lições de vida que me proporcionou, alicerçadas na humildade e sabedoria. Nos momentos mais difíceis desta jornada foi o seu incentivo que me impulsionou a continuar.

Às empresas que permitiram a realização desta pesquisa e contribuíram significativamente na minha formação profissional.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram nesta caminhada.

RESUMO

O Investimento Social Privado (ISP) foi desenvolvido por executivos e líderes empresariais na década de 1990 e pode ser entendido como recursos financeiros, humanos, técnicos ou gerenciais, aplicados de forma estrategicamente planejada e sistemática, em benefício público. Com a amadurecimento da atuação das empresas no campo social, o ISP tem se caracterizado também pelo foco na gestão profissionalizada e no investimento em causas menos assistencialistas, priorizando ações contínuas e cuja existência seja planejada para além do apoio direto da empresa, ou seja, sustentáveis. Dentre as alternativas de intervenção com este fim, observa-se relevante proliferação da identificação do cooperativismo como uma alternativa promissora de desenvolvimento. Porém, percebe-se que a metodologia adotada, pelos diferentes atores, visando divulgar e sensibilizar a sociedade quanto à importância deste movimento, não tem alcançado o êxito esperado e por consequência não tem mobilizado a parcela da população para quem o modelo econômico melhor atenderia às necessidades, conforme crença alimentada pelos referidos programas. O objetivo dessa pesquisa é avaliar a legitimidade dos critérios adotados pelos projetos apoiados pelo Investimento Social Privado (ISP) para a definição e implantação de cooperativas enquanto estratégia de geração de trabalho e renda em comunidades. Consiste num estudo descritivo conclusivo de caráter documental tendo como campo de uma cooperativa agropecuária baiana, fomentada a partir de um Projeto de geração de renda implantado pela iniciativa privada. Para embasar a pesquisa realizou-se um resgate das teorias referentes à temática da legitimidade e representação social e uma análise histórica dos conceitos de Responsabilidade Social, Investimento Social Privado e Cooperativismo. Conclui-se no estudo que a decisão pela implantação da Cooperativa ALFA enquanto modelo econômico mais adequado ao atendimento das necessidades dos envolvidos, não contou com a definição de critérios claros e específicos, construídos de forma participativa ou previamente validados junto à comunidade e que a adesão comunitária se deu motivada pelos benefícios inerentes ao Projeto e pela credibilidade na equipe técnica deste. No entanto, os cooperados reconhecem a iniciativa como instrumento de transformação da sua realidade familiar e comunitária.

Palavras chave: Legitimidade. Representação. Investimento Social Privado. Cooperativismo.

ABSTRACT

Private Social Investment (PSI) was developed by executives and entrepreneurs in the 1990s and can be understood as the financial, human, technical or managerial resources that are applied in a strategically planned and systematic way, as public benefit. With the maturing of the companies operating in the social field, the PSI has also been characterized by its focus on professionalized management and investment into causes less assistentialists, prioritizing continuing actions whose existence is planned beyond the direct support of the company, thus, sustainable. Among the alternatives for action toward this end, there is significant proliferation of the identification of the cooperative as a promising alternative as development. However, it is clear that the methodology adopted by different actors in order to disseminate and raise awareness in society concerning the importance of this movement, has not yet achieved the success expected and consequently has not mobilized the portion of the population for whom the economic model would best serve the needs as the belief fueled by such programs. The purpose of this research is to evaluate the legitimacy of the criteria adopted by the projects supported by the Private Social Investment (PSI) for the definition and implementation of cooperatives as strategy for creating jobs and generating income in communities. Consists of a conclusive descriptive study of documentary status having as field an agricultural cooperative in Bahia, fomented from an income generation project implemented by the private sector. In order to support this research it was redeemed the theories regarding the issue of legitimacy and social representation and a historical analysis of the concepts of Social Responsibility, Private Social Investment and Cooperativism. We conclude in the study that opting for the implementation from ALFA Cooperative whilst the more suitable economic model to meet the needs of those involved, had not the definition of clear and specific criteria, built in a participatory manner or previously validated in the community and so that the communitarian adhesion was motivated due to the benefits inherent to the project and to the credibility of the technical team. However, the cooperative members recognize the initiative as an instrument of transformation of their family's and community's realities.

Keywords: Legitimacy. Representation. Private Social Investment. Cooperativism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 LEGITIMIDADE	12
2.1 LEGITIMIDADE NA TEORIA GERAL DO DIREITO	12
2.2 LEGITIMIDADE NA CIÊNCIA POLÍTICA: PODER E AUTORIDADE	15
3 REFLEXÕES TEÓRICAS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL	24
3.1 A VISÃO DE DURKHEIM	24
3.2 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL	26
3.2.1 Psicologia Social e a Representação social: A visão de Moscovici e Jodelet	27
3.2.2 As contribuições da Escola de Genebra	32
4 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL AO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO	34
4.1 EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)	34
4.2 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)	43
4.3 OUTROS ASPECTOS DO ISP	50
5 ENTENDENDO O COOPERATIVISMO	52
5.1 ANTECEDENTES DO COOPERATIVISMO	52
5.2 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO	53
5.3 CONCEITO DE COOPERATIVA	56
5.4 OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS	59
5.5 O COOPERATIVISMO E OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA COLETIVA	64
6 METODOLOGIA DE PESQUISA	68
6.1 OBJETIVOS	68
6.2 NATUREZA DA PESQUISA	69
6.3 COLETA DE DADOS	70
6.4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	73
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	77
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

Com o amadurecimento do foco de intervenção dos programas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), estimulado pelo crescimento da formalização das requisições e expectativas de mudança da relação das empresas com a sociedade, estes foram impulsionados a desenvolver projetos que fortalecessem esta relação. (ALEXANDRE, 2008).

Esta transformação na forma de atuar das empresas no campo social, cujo foco tem se concentrado em ações sustentáveis, tem se refletido na implantação de programas de apoio ao desenvolvimento de comunidades, na sua maioria aquelas do entorno das suas áreas de atuação, conferindo a estas iniciativas um caráter estratégico, planejado e sistemático do uso dos recursos disponibilizados e consequente reconhecimento enquanto Investimento Social Privado, conforme conceito defendido pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE.

Sensibilizadas pela situação de miséria e desigualdades na qual está inserido grande percentual da população, as empresas têm direcionado seus programas para a mitigação desta realidade, especialmente por meio da implantação de projetos de geração de oportunidades de trabalho e renda.

Dentre as alternativas de organização comunitária com este fim, percebe-se relevante presença de programas relacionados à qualificação profissional por meio de cursos, estímulo ao empreendedorismo, microcrédito, microempresa, associativismo e cooperativismo.

Dentre as alternativas evidenciadas, observa-se notável proliferação da identificação do cooperativismo como uma alternativa promissora de desenvolvimento. Porém, percebe-se que a metodologia adotada, pelos diferentes atores, visando divulgar e sensibilizar a sociedade quanto à importância deste movimento, não tem alcançado o êxito esperado e por consequência não tem mobilizado a parcela da população para quem o modelo econômico melhor atenderia às necessidades, conforme crença alimentada pelos referidos programas. Com isso, implanta-se uma instabilidade no cerne do movimento cooperativista, promulga-se uma imagem deturpada dos objetivos e do potencial de alcance deste modelo de organização coletiva e percebe-se a ausência de legitimidade dos dirigentes frente ao seu quadro social.

Deve-se considerar, inclusive, que em muitos ambientes cooperativos, observa-se a manutenção, por muitos cooperados, de uma postura de subordinação, consequência das

experiências anteriores na condição de empregado, o que interfere diretamente nos níveis de participação dos mesmos.

Neste sentido, ainda predomina nestes espaços e fora dele uma visão distorcida do real significado do cooperativismo e como consequência é reduzida a quantidade de potenciais multiplicadores dos princípios e valores cooperativistas. (COUVANEIRO, 2004).

Na atuação profissional através de fundações, empresas e institutos nos últimos 10 anos, pude vivenciar a ampliação significativa do número de cooperativas resultantes desta nova tendência da iniciativa privada de apoiar o desenvolvimento de comunidades de alta vulnerabilidade social através do fomento a organizações coletivas.

Nestas oportunidades, observei que em detrimento do grande potencial de transformação apresentado por estes programas, muitos empreendimentos não conseguiam se legitimar junto ao público beneficiário, apresentando muitas deficiências no âmbito da autogestão e da participação ativa dos cooperados, fatores de fundamental importância para garantia da continuidade do negócio cooperativo. Conforme elucida Pinto (2006), abraçar o cooperativismo não se configura apenas como uma alternativa para o problema do trabalho e da renda, mas envolve a vida do indivíduo como um todo, sendo um espaço reflexivo e de liberdade individual.

Muitos questionamentos emergiram no sentido de identificar fatores que justificassem os reais motivos para as dificuldades encontradas no processo de operacionalização dos programas, do baixo envolvimento da comunidade nas ações propostas e da resistência à cooperativa enquanto forma de organização coletiva com fins econômicos, uma vez que estes se propunham a sanar os principais problemas locais.

Tendo em vista que a natureza do negócio cooperativo exige do indivíduo uma real predisposição e interesse para participar ativamente tanto da gestão como de todo o processo decisório, nos mais diferentes níveis da organização, uma vez que o sucesso da mesma dependerá deste fator e do exercício dos valores da ajuda mútua, equidade, solidariedade, transparência, honestidade, democracia, igualdade e responsabilidade e que a incorporação desta dinâmica no cotidiano dos indivíduos têm intrínseca relação com a forma como se deu a sua inclusão no negócio cooperativo que selecionei uma Cooperativa Agropecuária fomentada por um Projeto de Investimento Social Privado (ISP) no interior da Bahia para a realização do presente estudo que tem como objetivo geral: avaliar a legitimidade dos critérios adotados pelos projetos apoiados pelo Investimento Social Privado (ISP) para a definição e implantação

de cooperativas enquanto estratégia de geração de trabalho e renda. Os objetivos específicos foram definidos como: verificar e analisar a metodologia de abordagem comunitária utilizada pelo projeto para a implantação da cooperativa; averiguar os fatores que motivaram a integração dos cooperados na cooperativa e; levantar de que forma a comunidade reconhece a cooperativa, os impactos gerados por ela e identifica processos de transformação da realidade local.

Este trabalho está estruturado em sete capítulos: nos Capítulos 2 a 5 discute-se o referencial teórico que embasa a pesquisa; no Capítulo 6 apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa; no Capítulo 7 desenvolve-se a apresentação e análise dos resultados; e, finalmente, no Capítulo 8, apresenta-se as considerações finais. Na sequência, estão relacionadas as referências bibliográficas que sustentaram a pesquisa.

2 LEGITIMIDADE

O termo legitimidade é derivado de legítimo, palavra cuja origem advém do latim *legitumu* (*legitimus, a, um*) e que significa em conformidade com a lei (FARIA, 1978, p. 80). Designa situações variadas, versando desde a autenticidade de algo à justificação da vontade geral, sendo muitas vezes tratada como sinônimo de legalidade. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992) afirmam que esta deve possuir dois significados: um genérico e um específico. O primeiro relaciona-se com as ideias de justiça e de racionalidade e o segundo com as ideias de Política, sendo a legitimidade atributo do Estado.

O processo que visa ao alcance deste atributo é denominado de legitimação. Interessa principalmente à ciência política, no entanto é relevante para todas as ciências humanas, sendo comumente usado também na Teoria Geral do Direito e na Filosofia. (SILVA, 2003).

A presente seção apresentará o contexto teórico da legitimidade à luz do direito e da ciência política, buscando evidenciar a construção do conceito, a partir de autores como Kelsen, Martins Filho, Habermas, Drucker e Wolkemer.

2.1 LEGITIMIDADE NA TEORIA GERAL DO DIREITO

Na Teoria do Direito, a legitimidade é o fundamento primeiro da norma, sendo subdividida em formal, a partir do correto proceder dos organismos estatais com respeito aos procedimentos definidos no Ordenamento Jurídico, e material, aprovação consensuada do povo à criação de uma lei ou da atuação governamental. (CIENFUEGOS; FERNÁNDEZ, 2007). Veja-se o conceito de legitimidade dado aqui: “A Legitimidade relaciona-se com a fonte geradora do Direito, no sentido de se saber se a norma produzida condiz efetivamente com a vontade daqueles que poderiam elaborá-la e se haveria fundamento para a sua edição”. (MARTINS FILHO, 1992, p. 13).

Kelsen (1998) defende que a legitimidade jurídica de uma norma decorre a partir de duas perspectivas: derivação de uma norma fundamental e eficácia da norma individualmente considerada e do ordenamento global. No entanto, antes de explanar a respeito destas perspectivas, vale ressaltar o conceito de norma:

“Norma” é o sentido de um ato através do qual uma conduta é prescrita, permitida ou, especialmente, facultada, no sentido de adjudicada à competência de alguém. Neste ponto importa salientar que a norma, como o sentido específico de um ato intencional dirigido à conduta de outrem, é qualquer coisa de diferente do ato de vontade cujo sentido ela constitui. Na verdade, a norma é um dever-ser e o ato de vontade de que ela constitui o sentido é um ser. (KELSEN, 1998, p. 06).

Neste sentido, percebe-se que Kelsen visa diferenciar o ato de vontade emitido por um indivíduo da questão fática do ato, embora exista uma relação evidente entre eles. Assim, retomando o entendimento das perspectivas da legitimidade política abordada pelo referido autor, tem-se:

- a) derivação de uma norma fundamental: considera que só há validade num ordenamento originário de uma norma pressuposta, habilitada a garantir legalidade às demais normas jurídicas do sistema;
- b) eficácia da norma individualmente considerada e do ordenamento global: neste sentido normalmente será válida a norma cujo uso seja regular, embora nem toda norma regularmente usada seja válida legalmente e nem toda norma em desuso seja inválida. O autor considera também irrelevantes, ineficácias eventuais e temporárias.

De acordo com Cienfuegos e Fernandez, uma norma jurídica para ser legítima deve cumprir com os requisitos da validade, justiça e eficácia.

A validade diz respeito à forma como a norma é promulgada, podendo ser filosófica, política ou sociológica. Neste sentido, Hans Kelsen (1998), em Teoria Pura do Direito, define a legitimidade como: “[...] o princípio de que a norma de uma ordem jurídica é válida até a sua validade terminar por um modo determinado através desta mesma ordem jurídica, ou até ser substituída pela validade de uma outra norma desta ordem jurídica”.

Neste sentido, o procedimento é a causa central do problema da legitimidade do ordenamento jurídico, colocando-se no interior da ordem jurídica, uma vez que ele deve ser determinado por ela própria. Como já evidenciado anteriormente, a legitimidade neste caso assume o caráter de legalidade, onde tudo o que faz acontecer o procedimento definido pela ordem jurídica, também é legítimo.

No entanto, Kelsen ressalta que esta visão da legitimidade só é aplicável em uma ordem jurídica estável. O autor analisa, por exemplo, uma situação de revolução, onde o poder instituído é subjugado e substituído pelo revolucionário. Percebe-se, neste caso, que a norma fundamental é substituída por outra nova, alterando assim, o fundamento de validade

de toda a ordem jurídica, embora aquelas normas oriundas da antiga constituição continuem sendo válidas, uma vez que nestas revoluções comumente o arcabouço jurídico permanece inalterado. Em suma, as normas anteriores permanecem válidas, mas sob a égide da nova constituição. Neste tocante vale observar o que diz Kelsen:

Uma ciência jurídica positivista apenas pode constatar que esta norma é pressuposta como norma fundamental - no sentido que acabamos de patentear - na fundamentação da validade objetiva das normas jurídicas, e bem assim na interpretação de uma ordem coercitiva globalmente eficaz como um sistema de normas jurídicas objetivamente válidas. Como esta norma fundamental não é uma norma querida e, por isso, também não pode ser uma norma querida pela ciência jurídica (quer dizer: pelo sujeito que faz ciência jurídica), e tal norma (melhor: a sua afirmação) é logicamente indispensável para a fundamentação da validade objetiva das normas jurídicas positivas, ela apenas pode ser uma norma pensada, e uma norma que é pensada como pressuposto quando uma ordem coercitiva globalmente eficaz é interpretada como um sistema de normas jurídicas válidas. Como a norma fundamental não é uma norma querida, nem mesmo pela ciência jurídica, mas é apenas uma norma pensada, a ciência jurídica não se arroga qualquer autoridade legislativa com a verificação da norma fundamental. (KELSEN, 1998, p.143).

Com esta conclusão, o autor assume que a legitimidade não está relacionada somente ao procedimento e introduz no princípio da legitimidade a efetividade do governo, argumento que o leva a afirmar que o governo legítimo do Estado é aquele que baseado em Constituição eficaz, institui normas gerais e individuais eficazes. Com base nisto, a dominação legítima assume então um caráter de efetiva, sendo o procedimento instrumento de legitimação da ordem jurídica quando estiver edificado em um poder efetivo. (KELSEN, 1996).

Assim como Kelsen, Luhmann entende que decisões legítimas são aquelas tomadas de acordo com procedimentos estabelecidos e acrescenta que devem estar em consonância com a disposição prévia daqueles a quem estas são destinadas, ou seja, deve ser aceitável e previsível. No entanto, o autor não considera a possibilidade de consenso entre a sociedade para que estas decisões sejam legitimadas, importando apenas que estas sejam concebidas a partir de um procedimento legal instituído e previsível pelos destinatários e considera legítimas as decisões reconhecidas como obrigatórias.

Esta abordagem é tida como reducionista e limitada por alguns teóricos, por considerarem que nesta, a legitimidade é reduzida à legalidade e o direito é reduzido a um instrumento de controle e manipulação dos destinatários da norma, uma vez que estes não

contribuem na sua elaboração, seguem-na sem nenhum conhecimento real da sua fundamentação.

A justiça diz respeito ao cumprimento ou não dos fins que a sociedade avalia positivamente e está relacionada à eficácia jurídica da norma jurídica. (CIENFUEGOS; FERNANDEZ, 2007).

De acordo com Habermas (1988), a garantia ao direito moderno de sua autoridade e obrigatoriedade se dá através da justiça, baseada em procedimentos morais e fundada na imparcialidade. Esta fundamentação da legitimidade exige a participação de todos aqueles que serão envolvidos pela norma visando o alcance da imparcialidade.

Por fim, a eficácia se refere ao seguimento ou aceitação da norma. Arnaldo Vasconcelos (1993), em Teoria Geral do Direito, considera a eficácia enquanto uma instância de validade social, uma vez que a norma eficaz exerce um papel social na comunidade e, por conseguinte é devidamente acompanhada pela mesma.

O autor evidencia também que enquanto o conceito de validade está limitado ao âmbito da norma legal, o conceito de eficácia é mais amplo, envolvendo o fato social, no qual se concretiza.

2.2 LEGITIMIDADE NA CIÊNCIA POLÍTICA: PODER E AUTORIDADE

Em sendo a abordagem da legitimidade no âmbito da Teoria Geral do Direito diretamente relacionada à lei, no âmbito da ciência política ela se correlaciona com a prática do poder.

Nesta perspectiva, a legitimidade esta correlacionada ao potencial de um determinado poder ser obedecido sem o uso da força, ou seja, o Estado legítimo é aquele onde prevalece o consenso entre participantes de uma comunidade política para aceitação da autoridade vigente.

Na ciência política o estudo da temática é recorrente, sendo abordado desde Aristóteles perpassando por Jean-Jacques Rousseau, Guglielmo Ferrero, sendo o principal teórico do assunto Max Weber.

Vasconcelos (1993) define a legitimidade enquanto instância de valor, onde predomina o tema filosófico-político que por consequência culmina nas ideologias, uma vez que encontra espaço nas crenças do grupo social. Desta forma, legítimo é aquilo que está em

conformidade com a lei e com a justiça, ou seja, é um poder com autoridade e, é somente este poder legítimo que está habilitado a criar normas jurídicas. Assim, a norma é legítima porque advém de um poder legítimo e que é reconhecido pelo povo, árbitro supremo da legitimidade.

Quando uma lei é reconhecida pela sociedade como legítima ela é cumprida de maneira habitual, não se fazendo necessário o uso de sanções e/ou violência por parte do Estado. Assim, o sentido objetivo da legitimidade direciona para a questão da autoridade, cuja forma genuína não é conduzida pela fé, mas sim pela ampliação, por meio da razão, das comunicações que ligam os homens à comunidade. Com isso, o governo legítimo não é aquele onde prevalece a razão, mas sim a autoridade. (FARIA, 1998).

Faria (1998) entende que esta mesma autoridade é somada à prática do poder, sendo este autocrático ou democrático, pela elaboração das ideias, valores e crenças comunitárias, acrescido do julgamento dos sábios e anciãos.

Sendo reforçado pela autoridade, o poder legítimo tem capacidade de criar um sistema jurídico ideal para determinada comunidade. Pode-se utilizar o exemplo da formalização dos direitos fundamentais na Constituição brasileira. Esta simples ação os legitima no ordenamento jurídico nacional, tendo em vista que, a legitimidade é a expressão da soberania popular, e que estes direitos surgiram a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte legítima que recebeu e fez refletir os interesses da coletividade brasileira.

No entanto, vale ressaltar que não é suficiente apenas o Estado formalizar os referidos direitos, necessário se faz concretizá-los no dia a dia dos cidadãos por meio de leis efetivas (eficientes e eficazes).

Assim, a legitimação não está referenciada no Estado em seu conjunto, mas por meio dos seus diferentes aspectos, tais como a comunidade política, o regime, o Governo, influenciado por um conjunto de variáveis, onde cada uma contribui de forma relativamente independente para a sua determinação. (BOBBIO, 1992).

Considerando esta abordagem, faz-se necessária a avaliação destas variáveis isoladamente, uma vez que se configuram como marco referencial da crença na legitimidade. Assim sendo, o referido autor, entende a comunidade política como sendo o grupo social, com base territorial e que integra os indivíduos reunidos pela divisão do trabalho político, sendo objeto de crença na legitimidade quando identificado na população sentimentos imprecisos de identificação com a comunidade política.

O regime é compreendido como o conjunto de instituições que regulamentam a luta pelo poder e o exercício do mesmo, além de direcionar os valores destas instituições. Quando sua adesão é pautada na crença da legalidade, os governantes e sua política são acatados e conforme aspectos fundamentais do regime são legitimados, sem considerar as pessoas e decisões políticas específicas. Com isso, aquele que legitima o regime deve aceitar o conseqüente Governo e atuar em conformidade com as normas e valores do regime, independente de aprová-lo ou não ou até mesmo de fazer oposição ao mesmo e sua política. Esta convergência de interesse se dá em função da existência de um interesse comum que reside na necessidade de suporte às instituições que regulam a luta pelo poder, uma vez que o regime é tido como cenário comum de luta entre os grupos políticos pela crença na capacidade do mesmo apoiar na manutenção de seu poder com vistas à conquista do Governo.

O Governo é entendido como conjunto dos papéis onde se concretiza o exercício do poder político, podendo sua legitimação ocorrer a partir da sua estruturação e exercício de acordo com as normas do regime ou quando o indivíduo que assume a chefia do Governo é por si mesmo objeto de crença na legitimidade. Este último caso pode ser percebido no Estado moderno num cenário de crise das instituições políticas, onde os fundamentos da legitimidade do poder passam a repousar na superioridade, prestígio e qualidades pessoais do governante, podendo ser identificado em qualquer regime, entendido por Weber como legitimidade carismática, tal qual veremos a seguir.

O conceito positivista de legitimidade construído por Weber é recorrente nas discussões sobre o assunto, inclusive nos dias atuais. Ele se utiliza do mesmo, para distinguir tipos puros de dominação, onde considera que de acordo com a classe de legitimidade de determinada dominação suas características básicas se modificam. (CELLA, 2005).

Weber acredita que uma dominação se mantém a partir da crença na sua legitimidade independente das razões específicas de cada dominado para obedecer às ordens impostas e define a existência de três tipos ideais ou puros: legitimidade tradicional, legitimidade carismática e legitimidade racional, sendo esta ainda subdividida em racional-normativa e racional-axiológica.

A legitimidade política de caráter tradicional é originária do poder político por meio do qual o indivíduo obedece de forma inconsciente aos valores, sendo baseada na crença da santidade das tradições em vigor e na legitimidade daqueles que representam a autoridade em função destas tradições.

A legitimidade carismática é baseada na santidade, no heroísmo, na infalibilidade e advém da crença nas qualidades especiais de um indivíduo que garantem a este poderes sobrenaturais.

A legitimidade racional referente a fins é pautada na capacidade dos indivíduos para definição de objetivos e para a avaliação do método mais apropriado para a consecução dos mesmos, prevalecendo a ação social caracterizada pela responsabilidade e competência. Esta se correlaciona com o Estado-razão no qual prevalece a ação burocrática que é marcada pelo poder burocrático, ou seja, aquele poder focado na definição do formalismo legal e na preservação da lei e seus regulamentos, prevalecendo a publicização, a legalização e a burocracia.

E, na legitimidade racional referente a valores, os indivíduos são inspirados pela convicção, sem enfrentar as consequências previsíveis dos seus atos, sendo direcionado pela dignidade, pelo dever, pela beleza ou pelas orientações religiosas. A ação esta subordinada tanto à convicção como à responsabilidade, onde a primeira incita um agir conforme as emoções e a segunda conforme uma finalidade. Para Weber, estas não são contraditórias, mas complementares e em conjunto fazem surgir o “homem autêntico”.

Vale ressaltar que segundo Weber a legitimidade racional determina a estabilidade da dominação legal, característica dos tempos modernos e que é marcada pela submissão dos indivíduos a uma legalidade determinada pela positivação do direito e por uma administração predominantemente burocrática no interior do Estado.

De acordo com Guglielmo Ferrero, a legitimidade deve ser entendida como um acordo tácito e subentendido entre o poder e os dominados, a respeito de alguns princípios e regras que estabelecem a atribuição e os limites deste poder. Desta forma, o poder legítimo é aquele liberto do medo, uma vez que se apoia no consentimento ativo ou passivo e reduz proporcionalmente o uso da força. Governa por consentimento e persuasão. (DINIZ, 2006).

Na visão de Habermas, o conceito de legitimidade diz respeito à relação do direito positivo com a moral e a política. O autor afirma que a legalidade cria, em sociedades modernas, a legitimidade da ordem a partir do atendimento de certos critérios democráticos, ou seja, a legitimidade depende da legalidade, do direito discursivo e do poder democrático institucionalizado. Isto é, mesmo que uma ordem seja factual (legal e legítima), ela só terá validade se suas normas e leis tenham sido elaboradas democraticamente, com envolvimento de todos atingidos e interessados. (CELLA, 2005).

[...] Ao passo que entre os estados de coisas existentes e os enunciados verdadeiros existe uma relação unívoca, a existência ou validade social das normas não quer dizer nada ainda acerca da questão se estas também são válidas. Temos que distinguir entre o fato social do reconhecimento intersubjetivo e o fato de uma norma ser digna de reconhecimento. Pode haver boas razões para considerar como ilegítima a pretensão de validade de uma norma vigente socialmente; e uma norma não precisa, pelo simples fato de que sua pretensão de validade poderia ser resgatada discursivamente, encontrar também um reconhecimento factual [...] (HABERMAS, 1989, p. 82).

Conforme enuncia Cella, Habermas reconhece que as exigências que esta representação apresenta não são compatíveis com nenhuma ordem social efetiva moderna válida, no sentido discursivo que o seu pensamento atribui, isto é, as sociedades democráticas atuais, embora tenham faticidade, ainda não cumprem com todos os critérios democráticos e princípios discursivos e racionais requeridos para constituição de uma ordem normativa.

Resgatando as considerações a cerca da legitimidade e da legalidade, argumentação teórica de substancial importância para o tema central deste trabalho, tem-se que o positivismo originou o sistema de ideias legalista, tido como de estratégia autoritária e que a legitimidade surge para desfazer este processo.

Não são raras as análises da legalidade versus legitimidade, cujas reflexões vão desde o senso comum que afirma que “Nem tudo que é ilegal é ilegítimo” a abordagens teóricas de cunho mais filosófico e acadêmico.

Outra abordagem, principalmente em ambientes democráticos, é a afirmativa de tudo o que é legal se presume legítimo, uma vez que para o administrador público a lei é o instrumento que confere legitimidade à sua função e aos seus atos.

Wolkmer evidencia que a legalidade diz respeito basicamente a uma estrutura normativa institucionalizada enquanto que a legitimidade perpassa pelo consenso de ideais, fundamentos, crenças, valores e princípios ideológicos, superando a prevalência das estruturas de poder. Ou seja, a legalidade se relaciona diretamente à forma da norma enquanto que a legitimidade versa sobre o seu conteúdo.

Conforme acentuam alguns teóricos críticos da ideologia legalista, a legalidade como simples aceitação de uma ordem normativa oficial, não reúne características suficientes para qualificá-la como justa ou injusta. Porém, no âmbito da referida ideologia, parte-se de um conceito de legalidade, distorcendo-a, de forma a torná-la instrumento de injustiça, concebendo como consequência o legalismo, ideologia que considera o Estado como única

fonte do Direito, independente de qualquer fato social, argumento ou interpretação diversa que coloque a prova a norma.

Wolkmer reflete que a legitimidade tanto pode ser uma via de rompimento com o legalismo, como pode ser impulsionada a convergir com o mesmo. Isto pode ser mais bem avaliado na seguinte posição do autor:

Na tradição política ocidental, dependendo do tipo de Poder Estatal, sempre houve a necessidade de uma legitimidade, que estivesse sujeita a critérios de consensualidade, jamais funcionando na absoluta liberdade, pois, em grande parte, foi e tem sido um fenômeno forçado, deformado e manipulado (WOLKMER, 1994, p.181).

Este autor, tal qual conceito de Silva já apresentado, entende que a legitimação é um termo basicamente usado pelo tecnicismo político e que é entendido como caminho para buscar a norma ou ordem oficial, independente do conteúdo e aceitação da população à qual se destina, desde que eximido do uso da força física. Desta forma a legitimação é compreendida como cumprimento da norma.

Wolkmer evidencia ainda que:

[...] cabe avançar na formulação crítica de uma nova legitimidade capaz de superar as limitações e as incongruências da tradução jurídico-formalista que reduz e confunde sempre a legitimidade com o princípio da legalidade. Trata-se de romper com a lógica dominante de que o processo de legitimação do poder estatal se identifica necessariamente com o processo de legalização do exercício do poder. (WOLKMER, 1994, p.183).

O resgate do conceito de legitimidade, compreendido para fins deste trabalho para além do direito estatal e sua ruptura com o legalismo conduz ao surgimento de uma nova legitimidade, que se conforma a partir daquilo que convém às classes populares no que tange às suas perspectivas e reais necessidades.

A legitimidade resulta de um consenso social, embora a interpretação deste consenso seja muitas vezes difícil nos diversos sistemas sociais. Habitua-se recorrer nestas situações a análises históricas, sociológicas e à investigação científica ou empírica, uma vez que a vontade geral não se modifica de um dia para o outro. É fato que o consenso social também pode ter sua legitimidade questionada, o que compromete tudo o que nele estiver embasado. (SILVA, 2003).

Silva afirma que é por meio da ética que se alcança o nível de legitimidade mais abrangente, uma vez que tudo o que é ético, convém à sociedade e conseqüentemente é legítimo. Desta forma se o consenso social é ético, é legítimo e todas as leis e condutas por estas impostas também são legítimas. No entanto, vale ressaltar que não existe legitimidade absoluta, embora esta sempre deva ser buscada.

Os movimentos sociais, ao longo da história, colocaram-se à frente das instituições, o que lhes permite captar a obsolescência das mesmas ou sua ilegitimidade e assim denunciar à sociedade e exercer influência sobre áreas do Estado que busquem o avanço e o desenvolvimento. Ou seja, percebe-se que há o sistema representativo e a legitimidade na própria sociedade civil. (MACIEL NETO, 2008).

A necessidade do reconhecimento estatal incita o estreitamento das relações entre o Estado e as entidades populares, normalmente por meio de uma tensão entre o controle e a autonomia destas gerando uma equivocada fusão entre legalidade e legitimidade. Podem-se ter movimentos sociais legítimos e não formalizados junto ao Estado, bem como entidades legitimadas por este, mas que não refletem e explicitam as necessidades das classes populares, mesmo que sua atuação tenha este público como alvo. Isto leva a crer que a legalidade advém de um ato do Estado e a legitimidade do reconhecimento da população organizada. (SOUZA, 2010).

Em uma pesquisa realizada por Pinto, por meio de entrevistas com participantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e do Movimento dos Sem-Teto, o autor notou que nos movimentos populares,

[...] a legalidade de um poder-governo não implica em crença de legitimidade. Para a verificação da legitimidade da lei, esta visualizada como instrumento de manutenção do poder estabelecido, dar-se-á a análise da legitimidade das forças de poder que a estabeleceram, e se esse processo for tido como ilegítimo, a lei decorrente dele será a priori também considerada ilegítima. Outro aspecto para a análise da legitimidade da lei será a proximidade ou não de seu conteúdo dos interesses da classe trabalhadora, ou dos "interesses do povo", e não se verificando essa proximidade, defende-se a "luta" com base na legitimidade. (PINTO, 1992, p.18).

Gramsci afirma que a sociedade civil tem potencial transformador e criativo, e é este que garante legitimidade aos movimentos sociais. Neste sentido, os movimentos sociais, embasados num conjunto de valores comuns e que visam delinear métodos de ação social possuem legitimidade de ação, uma vez que a legitimação das estruturas do Estado é

consequência das liberdades que possibilitam que um movimento social legitimado conteste os entes destas estruturas, sejam elas públicas ou privadas e que atuam na seara da legalidade. Acentua-se inclusive que é factível, como já foi citado, o poder arbitrário caracterizado de poder legal ser exercido de encontro com as aspirações de uma nação. (MACIEL NETO, 2008).

Diante deste contexto, Peter Drucker faz uma reflexão a cerca do papel das massas nos movimentos sociais, assegurando que:

[...] As massas são completamente incapazes de qualquer participação social ativa que pressuponha valores sociais e uma organização da sociedade. O perigo das massas reside precisamente em sua incapacidade de participar, em sua apatia, indiferença cínica e completo desespero. Como não dispõem de posição e função sociais, sociedade para elas nada é além de uma ameaça demoníaca, irracional e incompreensível. Como não têm crenças básicas que poderiam servir de base a um poder legítimo, qualquer autoridade legítima lhes parece tirânica e arbitrária. As massas, portanto, estão sempre dispostas a seguir um apelo irracional ou a submeter-se a um tirano arbitrário, bastando que este prometa uma mudança. Como párias da sociedade, as massas nada têm a perder – nem mesmo seus grilhões. Sendo amorfas, não possuem estrutura própria que possa resistir a uma tentativa tirânica arbitrária de moldá-las. (DRUCKER, 2002, p.20).

Este cenário sintetizado pelo autor é constantemente observado no Brasil junto aos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, tal qual o já citado MST se conformam como um instrumento de transformação social. No entanto, esta transformação não poderá ser realizada por meio do descumprimento das leis, mesmo que por ações não violentas, uma vez que estas são produzidas a partir de um contexto democrático e há a predominância do direito diante das ações não legais.

É fato que os movimentos sociais via de regra, por meio de ações ilegais, violentas ou não, visam contestar o fato da lei ser produzida por uma classe elitista e cujos valores estão influenciados por preconceitos e juízos de valor que muitas vezes vão de encontro aos interesses das classes populares. Porém cabe ao poder judiciário desempenhar seu papel compensador dos poderes constituídos, independente da origem social dos membros que o conformam, de maneira a garantir a supremacia dos controles internos sobre eles exercidos.

Conclui-se conforme evidencia Wolkmer que a legitimidade "*incide na esfera da consensualidade dos ideais, dos fundamentos, das crenças, dos valores e dos princípios*

ideológicos" e que "a legalidade reflete fundamentalmente o acatamento a uma estrutura normativa posta, vigente e positiva. A legalidade diz respeito à forma e a legitimidade ao conteúdo da norma e resulta de um consenso social.

3 REFLEXÕES TEÓRICAS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O Brasil, nos últimos anos, vem sendo marcado por uma crescente ampliação das estruturas de representação social, seja pela autodenominação dos atores sociais na qualidade de representantes da sociedade civil, seja pelo fato do Estado ter passado a conviver com uma representação tida como “oficial” da sociedade civil. (AVRITZER, 2007).

Este fato foi fortemente impulsionado pela reivindicação por parte dos referidos atores, pós ditadura, por uma presença mais significativa nas instituições responsáveis pela deliberação de políticas públicas nas áreas da saúde, assistência social e políticas urbanas. (COELHO, 2004; CUNHA, 2004; AVRITZER, 2006 apud AVRITZER, 2007).

Como consequência os governos mais recentes formalizaram e legalizaram diferentes meios de inclusão de associações da sociedade civil nas políticas públicas, cujo exemplo mais significativo é o do orçamento participativo¹ que já envolveu mais de 200 mil pessoas. (AVRITZER, 2007).

Tendo em vista esta contextualização é importante apresentar o conceito de representação social. Embora este conceito atravessasse as ciências humanas, ele não é exclusivo de nenhuma área em particular, tendo suas origens na sociologia e acentuada presença na antropologia e na história da mentalidade. (ARRUDA, 2002).

3.1 A VISÃO DE DURKHEIM

Nas ciências sociais, o conceito de representação foi inicialmente utilizado por Emile Durkheim, no sentido de distinguir representações individuais e coletivas, por meio das obras "O suicídio e "Formas elementares da vida religiosa". (JUNQUEIRA, 2005).

Durkheim entende que “representações coletivas” são sínteses de categorias produzidas e que coletivamente conformam o arcabouço cultural de uma sociedade, a partir das atuações individuais que se constituem nas representações coletivas individualizadas e personalizadas de acordo com as características de cada indivíduo. (JUNQUEIRA, 2005).

¹Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos da participação da comunidade. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo (WIKIPEDIA).

Para o referido autor, a vida coletiva é constituída pelos fatos sociais e esta, detentora de uma consciência coletiva que é constituída de representações coletivas que se sobrepõem aos indivíduos que compõem e refletem a própria coletividade. Ou seja, o autor por meio desta divisão buscava ser generalista, no entanto se baseava na ideias de que as normas que regem a vida individual (representações individuais) não são as mesmas que regem a vida coletiva (representações coletivas). (JUNQUEIRA, 2005).

Durkheim descreve:

Dado que a pequena minoria de pessoas que se matam todos os anos não constitui um grupo natural, que não estão em contacto umas com as outras, o número constante dos suicídios só pode ser devido a acção de uma causa comum que domina os indivíduos e que lhes sobrevive. (DURKHEIM, 1987, p. 311-312).

O autor acredita que é a partir do meio externo que a vida social atua sobre o comportamento do indivíduo. Desta forma, no caso das normas concebidas por diferentes indivíduos, entende-se que independente do fato de que nem toda consciência social se exterioriza ou materializa de forma abrangente, estas não dependem mais de seus criadores tornando-se menos acessíveis e mais inalteráveis aos indivíduos. (DURKHEIM, 1987).

Durkheim (1987) focava sua análise na manutenção da ordem social, tendo na solidariedade seu ponto de partida. Com isso avaliava a forte influência exercida pelo meio exterior na desintegração das normas e a necessidade da sociedade assumir uma postura de mediadora dos limites individuais, uma vez que a sua autoridade moral é reconhecida e aceita pelos indivíduos, principalmente pelo fato de instituições como o Estado e a religião encontrarem dificuldades para exercer o papel de moderador, como se pode perceber nas seguintes afirmações do autor:

Actualmente, e sobretudo nos nossos grandes Estados modernos, a sociedade está demasiado longe do indivíduo para poder agir sobre ele de uma maneira eficaz e contínua." (DURKHEIM, 1987, p. 376).

[...] a menos que a humanidade volte ao ponto de partida, as religiões nunca mais poderão voltar a exercer um domínio nem muito vasto nem muito profundo sobre as consciências. (DURKHEIM, 1987, p. 378).

Em suma, Durkheim considera o suicídio consequência da fragilização e ruptura das normas sociais que impactam diretamente na coesão grupal e na solidariedade que consequentemente passam a não mais existir.

No entanto, este conceito não assumiu uma posição central na construção da sociologia clássica, sendo apenas colocado como foco da referida ciência nos dias atuais, por meio da necessidade de justificar a importância assumida pela dimensão cultural nos diversos fenômenos sociais. (JUNQUEIRA, 2005).

3.2 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Junqueira (2005) afirma que a análise da realidade social passa a se concentrar na cultura, na economia e na política, dimensões cuja interação é utilizada pelos teóricos clássicos das ciências sociais. Com o passar do tempo, cada dimensão foi assumindo uma relevância, ocorrendo a substituição de um pela outra a partir do momento que a dimensão em destaque não conseguia revelar de forma objetiva a realidade social.

A partir do século XX, a dimensão cultural assumiu uma posição proeminente, sendo cada vez mais valorizada, principalmente a partir do advento da tecnologia que impulsionou os cientistas sociais a observarem as novas formas por meio das quais a sociedade, grupos e indivíduos agem individual e mutuamente e como são construídos, conservados ou modificados o consenso e o conflito, as identidades sociais e coletivas. (MUKHERJEE, 1998).

Com isso, o conceito de representações sociais passou a ser cada vez mais acessado por diversas áreas:

Na antropologia, o desenvolvimento da concepção de “imaginário social” teve origem com a obra de Michel Maffesoli e em trabalhos inspirados em Castoriadis. Na ciência política, Stuart Hall e os Estudos Culturais colocam as representações na base imediata das identidades culturais e políticas. Ernesto Laclau sublinhou o descentramento da identidade social e política e do correspondente sistema de representação que lhe dá suporte. Na psicologia, Lacan lançou luz sobre a importância da linguagem na construção da identidade individual e a psicologia social se dedicou mais fortemente ao desenvolvimento desta noção, gerando a teoria das representações sociais de Serge Moscovici, cujo objetivo é estudar a dimensão social e individual das representações sociais, com um edifício teórico e metodológico transdisciplinar, efetivo, que tem dado lugar a inúmeros trabalhos importantes na área. Na comunicação, autores como Lucien Sfez retomam o veio filosófico de Platão e afirmam que não é mais possível separar representações e realidade. (JUNQUEIRA, 2005, p. 147).

3.2.1 Psicologia Social e a Representação social: A visão de Moscovici e Jodelet

Tendo em vista a forma como trataram da temática em questão e considerando a importância que as representações sociais assumiram na psicologia social, a partir da teorização construída por Serge Moscovici que parte do conceito de representações coletivas para começar o percurso de sua teorização, e que foi aprofundada por Denise Jodelet, deter-se-á mais detalhadamente nesta. (ARRUDA, 2002).

Surgida em 1961, a obra *La Psychanalyse, son image, son public* é a obra que concentra toda a teoria de Moscovici. Seu impacto não foi sentido de imediato, sendo apenas significativo a partir dos anos 80. Baseando-se em metodologias não convencionais da psicologia da época, uma vez que se focava em fenômenos subjetivos, percebidos de forma indireta e com grande dependência da interpretação do pesquisador, a teoria em questão atuou diretamente rompendo paradigmas. (ARRUDA, 2002).

A teoria das representações sociais trabalhava o pensamento social a partir da sua dinâmica e diversidade, partindo da premissa de que há diferentes maneiras de conhecer e se comunicar, impulsionadas por objetivos diversos e formas móveis, tais como a consensual e a científica. A forma consensual se constitui a partir da interação informal, do cotidiano e a científica é marcada por uma hierarquia interna rígida, sendo ambas de fundamental importância para a vida humana. As representações sociais são normalmente construídas na esfera consensual. (ARRUDA, 2002).

Conforme elucidada Sá (1995) a principal diferença entre a representação coletiva de Durkheim e a representação social de Moscovici, reside no fato de que:

[...] as representações coletivas eram vistas, na sociologia durkeimiana, como dados, como entidades explicativas absolutas, irredutíveis por qualquer análise posterior, e não como fenômenos que deveriam ser por eles próprios explicados. À psicologia social, pelo contrário, segundo Moscovici, caberia penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos. (SÁ, 1995, p.23).

Araújo (2008) numa análise das diferenças das duas teorias evidencia que para Durkheim a ação do indivíduo não influencia diretamente o fenômeno social, enquanto que Moscovici compreende que o sujeito tem papel ativo e particular na concepção das representações sociais.

[...] o fenômeno social não depende da natureza pessoal dos indivíduos. É que na fusão da qual ele resulta, todas as características individuais, sendo divergentes por definição, neutralizam-se e apagam-se mutuamente. (DURKHEIM, 1970 apud ARAÚJO, 2008, p. 102).

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978 apud ARAÚJO, 2008, p. 102).

Moscovici entende a representação como um processo onde o sujeito é ativo e transformador e defende que:

Nos dois mundos, o da experiência individual, todos os comportamentos e todas as percepções são compreendidas como resultantes de processos íntimos, às vezes de natureza fisiológica. No outro mundo, o dos grupos, o das relações entre pessoas, tudo é explicado em função de interações, de estruturas, de trocas de poder. Esses dois pontos de vista são claramente errôneos pelo simples motivo de que o conflito entre o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social. (MOSCOVICI, 1994 apud TEIXEIRA, 1999, p. 37).

Neste sentido tanto a experiência individual é construída a partir da interação do sujeito com a realidade social, como também esta se conforma a partir da pluralidade de experiências individuais, ou seja, a representação social é construída a partir das relações interpessoais através das quais o sujeito reconstrói sentidos e institui novas relações. A este respeito Jovchelivitch estabelece que:

São as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais... elas são estratégias desenvolvidas por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transforma cada um individualmente... enquanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo. (JOVCHELIVITCH, 1995, p.81).

De acordo com Maciel Neto (1998, p. 440), citado por Teixeira (2006), o conceito de representação social envolve a seguinte abordagem:

- Sempre há referência a um objeto, ou seja, a representação social sempre representa algo;

- É mantida uma relação de interpretação com os objetos, de maneira que estas sejam consequência de uma atividade de construção da realidade;
- modelo assumido pelas representações sociais se sobrepõe ao objeto, explicitando-o através de elementos da linguagem, do comportamento ou materiais;
- São conhecimentos práticos que levam os indivíduos a interrogarem sobre os determinantes sociais que lhes dão origem e sobre a função destes na interação social diária.

Neste sentido, as representações sociais se constituem como uma construção mental das diferentes formas de um objeto social, permitindo aos indivíduos e à coletividade definir suas condutas e compreenderem a realidade enquanto produto de uma organização sóciocognitiva que integra as características objetivas do objeto, experiências anteriores do grupo, sua história e seu sistema de atitudes valores e normas (TEIXEIRA, 2006).

A sistematização de Moscovici tem uma contribuição significativa, principalmente, pelo fato de ter resgatado o senso comum, o saber popular, contrariando a teoria até então vigente de que este conhecimento era inconsistente. O autor considera que a representação social se constitui num mosaico de conceitos, explicações e afirmações nascidas do cotidiano, no qual a linguagem tem papel preponderante, possibilitando a associação e reconstrução de ideias e valores. (ARRUDA, 2002).

A este respeito Minayo reforça que:

As Representações Sociais manifestam-se em falas, atitudes e condutas que se institucionalizam e se rotinizam, portanto podem e devem ser analisadas. Mesmo sabendo que o senso comum traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial frequentemente contraditória, ele possui graus diversos de claridade e nitidez em relação à realidade. (MINAYO, 2007, p.236).

Os indivíduos que compõem um grupo social compartilham em maior ou menor escala os mesmo objetos subjetivos, possibilitando desta forma a comunicação e ação em comum, o que alimenta as representações sociais no âmbito das teorias científicas, dos eixos culturais, das ideologias e experiências. Desta forma, as representações sociais se conformam enquanto resultado das interações de um grupo social e que refletem diretamente nos seus projetos, problemas e estratégias enquanto grupo e na sua relação com outros grupos. (TEIXEIRA, 2006).

A análise das representações sociais por Moscovici possibilitou distinção de três sistemas de comunicação social, cuja importância se define conforme o momento histórico e grupos sociais: difusão, propagação e propaganda (VALA, 2006).

A difusão é um dos maiores sistemas de comunicação de massa difundidos na sociedade, inexistindo foco em públicos específicos ou diferenciação social.

Tem por objetivo transmitir e difundir conteúdos relevantes de interesse geral. A propagação visa inserir no sistema de valores do grupo novas informações e está direcionada para públicos específicos, diferentemente da difusão.

Por outro lado, a propaganda transmite uma visão de mundo pautada no conflito e na clivagem, tendo por objetivo o convencimento ou persuasão de um grupo social. Ao tempo em que conforma a imagem e identidade de um grupo denigre a imagem do outro. Neste sentido, acentua as diferenças sociais e pode servir para regular, organizar e mobilizar um grupo, além de estimulá-los a assumir determinados comportamentos. (VALA, 2006; TEIXEIRA, 2006).

Moscovici (1984) também analisa o processo de formação das representações sociais, quais sejam:

- a) dispersão da informação – consiste na movimentação, de diferentes formas, de informações que possibilitem ao grupo a compreensão de um problema ou objeto;
- b) focalização – consiste no interesse do grupo por determinado objeto em determinado momento histórico, justificando assim a elaboração de uma representação;
- c) pressão à inferência – consiste na necessidade de explicação pelo sujeito ou grupo de um determinado objeto.

Neste sentido os sistemas de comunicação têm significativa importância para o entendimento da comunicação interpessoal, intra e inter grupos, uma vez que a comunicação possibilita a criação de representações que agem como reguladores das relações entre os diferentes atores sociais. (TEIXEIRA, 2006).

Outro fator de grande relevância é que a qualificação de uma representação como social requer a definição do agente que a produz e a ênfase na sua função de sistema de integração entre o indivíduo e o mundo social porque o que é comum ao grupo permite compartilhar comunicação e influenciar a ação. (SILVA, 2002).

De acordo com a teoria de Moscovici a representação social apresenta dois processos: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é entendida como o processo de aproximar para categorias e imagens conhecidas aquilo que ainda não foi classificado e rotulado, ou seja, é ancorar o desconhecido em representações já existentes fazendo com que o objeto desta representação tenha sentido. Já a objetivação consiste na transformação do abstrato em algo próximo de algo físico, cristalizando assim uma representação. (SILVA, 1992).

Em suma, pode-se entender que a ancoragem explicita e conforma relações sociais, sendo conduzida internamente, enquanto a objetivação é uma forma de integração numa realidade, sendo dirigida externamente a partir de conceitos e imagens da memória que combinados reproduzem o mundo exterior. Teixeira sintetiza a respeito:

Podemos, então, concluir que a objectivação e a ancoragem são dois processos básicos de engendramento e funcionamento das representações sociais, que se combinam para tornar inteligível a realidade, resultando num conhecimento social que nos permite evoluir na complexidade de relações e de situações do quotidiano. (TEIXEIRA, 2006, p.41).

De acordo com Jodelet (1988), a representação social é uma intersecção do psicológico com o social, constituído a partir das experiências e conhecimentos repassados diariamente através da tradição, da educação e da comunicação social, congregando três funções básicas: “função cognitiva de interação, função de interpretação da realidade e função de orientação das condutas e das relações sociais”. Estas funções integradas possibilitam que os sujeitos, partícipes de grupos sociais particulares, compreendam a realidade na qual estão inseridos e estejam aptos a construir novas percepções e maneiras de atuar quando em contato com novas situações e relações sociais.

Jodelet considera que toda representação é determinada pelo seu conteúdo tendo como base conceitos e imagens definidas pelo indivíduo a respeito de um determinado objeto, ou seja, é resultado da construção psicológica e social da realidade e por isso, o pesquisador deve buscar captar as diversas formas assumidas pela representação social. (ARAÚJO, 2008).

Segundo a autora toda representação é resultado da representação de um indivíduo sobre um objeto e é determinada pela cultura, comunicação, linguagem e pela realidade socioeconômica, institucional, educacional e ideológica deste sujeito. (JODELET, 1988).

Para Jodelet o entendimento de todos os componentes e relações existentes na representação social a partir da perspectiva desta enquanto saber prático, exige que se

responda três questões: “Quem sabe, e a partir de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que se sabe, e com que efeito?”. A partir destas perguntas, revela-se as condições de produção e circulação das representações sociais, os processos, os estados e o estatuto epistemológico desta. (ARRUDA, 2002).

Enquanto Jodelet apresenta as representações sociais como elementos constitutivos de concretização da ideologia, Moscovici designa que há um grau de interdependência entre os dois conceitos, onde as representações refletem a ideologia embora conserve sua própria especificidade. (SPINK, 1993).

Arruda (2002) entende que a partir dos estudos de Moscovici e Jodelet, a representação social pode ser entendida como um conhecimento sociocêntrico que acompanha os interesses e necessidades do grupo, introduzindo, desta forma, modificações no objeto em construção.

3.2.2 As contribuições da Escola de Genebra

Outra abordagem da representação social é a da Escola de Genebra, liderada por Wilhem Doise. Nesta, a ancoragem assume um peso maior, tendo como foco a identificação do princípio organizador das representações com uma visão mais sociológica. (ARRUDA, 2002).

Os estudos de teóricos como Claude Flamentn e Jean Claude Abric focaram na representação social enquanto núcleo estruturante, buscando identificar estruturas elementares e que conformam o núcleo do sistema de representação, caracterizado pela sua maior resistência e durabilidade e pela presença de elementos periféricos que fazem interface com as diversas circunstâncias nas quais a representação se elabora e com os estilos individuais de conhecer. (ARRUDA, 2002).

Menin (2007), analisando as teorias de Abric e Tafani, descreve que, para estes autores, as posições ocupadas pelos sujeitos em relação aos objetos das representações influenciam em três diferentes elementos:

- a) os normativos – ligados à história coletiva e ao sistema de valores e normas do grupo social. Elementos esses que determinam os julgamentos e os posicionamentos relativos ao objeto da representação e constituem o ponto de referência a partir do qual o objeto é socialmente avaliado;

- b) os funcionais - ligados à inscrição do objeto em práticas sociais ou operatórias. Esses elementos determinam e organizam as condutas relativas aos objetos e definem as práticas que são legítimas de serem desempenhadas quando indivíduos ou grupos são confrontados com o objeto da representação;
- c) elementos mistos – que têm a dupla dimensão normativa e funcional e que intervêm tanto na orientação de práticas como na produção de julgamentos. (ABRIC; TAFANI, 1995 apud MENIN, 2007, p. 125-126).

A partir destes elementos, Abric e Tafani construíram um “índice de normatividade” através do qual determinam em que grau um elemento influencia no comportamento dos sujeitos em relação ao objeto da representação. Conclui-se que estes elementos eram acionados de diferentes formas de acordo com as conjunturas que assinalam a posição dos sujeitos em relação aos objetos de representação, sendo os elementos do núcleo central organizados de maneira hierárquica, não equivalentes e influenciados pelo contexto social. (MENIN, 2007).

Em síntese, as representações sociais promovem a reestruturação da realidade e a integração das características do objeto com as experiências passadas do indivíduo e seus sistemas de regras. Com isso, por serem influenciadas tanto por estas regras que conduzem os processos de aprendizagem como pelas condições sociais nas quais se conformam, as representações apresentadas pelo indivíduo estão contaminadas por suas ideologias, valores e contradições, determinando diretamente o seu posicionamento ético diante do mundo.

As representações sociais podem, desta forma, ser definidas como uma maneira de pensar ou como um conhecimento específico que direciona e conduz as relações dos indivíduos entre si e com a sociedade, uma vez que está baseado nas experiências socialmente partilhadas e na maneira como os acontecimentos se conformam socialmente, alterando sua dinâmica e capacidade de transformação.

4 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL AO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Observa-se que na última década houve uma ampliação significativa na atuação da iniciativa privada pela via da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), assumindo um caráter de diferenciação estratégica das organizações de todo o mundo.

É crescente o número de empresas que publicam a adoção de práticas socialmente responsáveis. Ao mesmo tempo, observa-se a inexistência de um consenso acadêmico e empresarial quanto à definição e abrangência da RSE, bem como da produção literária que se proponha a aprofundar a compreensão do a partir de um enfoque descritivo e reflexivo das estratégias e intervenções adotadas pelas empresas, com vistas a identificar e avaliar potenciais contradições e desequilíbrios, ao invés de privilegiar a análise de fenômenos exitosos.

A produção hoje disponível é muito diversificada e fortemente correlacionada com as diversas visões de sociedade, responsabilidade e ação empresarial (ASHLEY, 2002; COSTA, 2005; FRIEDMAN, 1984; KOONTZ, 1998; MENDONÇA; GONÇALVES, 2002; QUEIROZ, 2000; TENORIO, 2004; VENTURA, 2003).

Basicamente, as práticas socialmente responsáveis estão focadas nos públicos interno e externo da organização, visando o atendimento dos interesses e expectativas dos diversos stakeholders e se correlacionam com os conceitos de sustentabilidade e governança corporativa. (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000). Para efeito desta pesquisa foi considerado apenas o investimento social privado (ações quem tem como característica o benefício público), refletindo assim parte da estratégia de RSE.

4.1 EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE)

A intervenção do empresariado em questões sociais não é fenômeno recente. Sua atuação, aliado ao Estado, na garantia do bem comum pode ser observada desde o século XVI, quando os monarcas concediam autorizações de exploração e colonização do Novo Mundo a corporações de capital aberto que acordassem contrapartidas em benefícios públicos. (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000).

Embora até o início do século XX a legislação sobre corporações afirmasse que o principal objetivo destas era a garantia de dividendos para os acionistas, diversas ações de

caridade que objetivavam mitigar a ameaça representada pelos pobres podem ser observadas entre os séculos XVIII e XIX. (SWAAN, 1992).

No final do século XIX, a publicação da obra “O Evangelho da Riqueza”, por Andrew Carnegie, da U.S. Steel Corporation, conformou o primeiro registro da RSE pelas grandes corporações, focando nos princípios da caridade (obrigatoriedade de ajuda aos pobres pelos ricos) e da custódia (obrigatoriedade dos ricos em cuidar da propriedade e da riqueza em benefício de toda a sociedade). (STONER; FREEMAN, 1997).

No início do século XX, o julgamento na Justiça Americana do caso Dodge versus Ford tornou pública as discussões a cerca da responsabilidade corporativa. O caso foi motivado pela decisão, em 1916, de Henry Ford, presidente e acionista majoritário, de não distribuir parte dos dividendos, redirecionando-os para investimentos na capacidade de produção, aumento salarial e fundo de reserva para uma possível redução de receitas em decorrência da diminuição nos preços dos automóveis, contrariando diretamente os interesses de John e Horace Dodge, também acionistas da Ford. A Justiça decidiu a favor dos Dodges, argumentando que os lucros são para benefício exclusivo dos acionistas e que a filantropia corporativa poderia ser usada como estratégia de ampliação dos lucros. (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000).

Até o surgimento das empresas de sociedade anônima nos anos de 1920, a filantropia assumiu um caráter individual. A partir de então, iniciou-se um período de transição para a filantropia empresarial, caracterizada por ações éticas de doação, por meio das quais as empresas apoiavam financeiramente projetos sociais, sem envolvimento direto com o fim que se propunham estas iniciativas (BORGER, 2001; STONER; FREEMAN, 1997).

Com os efeitos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial o argumento de que as empresas devem responder exclusivamente aos seus acionistas passou a ser questionado por diversos teóricos, influenciando, inclusive, em diversas decisões judiciais da época, o que resultou na formalização de uma lei da filantropia corporativa que reconhecia que uma corporação pode influenciar no desenvolvimento social. (ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000).

Nesta época, alguns empresários desenvolveram a concepção de que as condições materiais dos trabalhadores além de uma questão moral, também representavam uma forma de fidelização do efetivo, mesmo que não representassem ganhos econômicos diretos, o que os

levava a trocar muitas exigências de produção pela divisão de benefícios de crescimento. (COSTA, 2005).

A reestruturação da economia foi marcada pela influência direta do Estado que impôs novas políticas reguladoras para atividades comerciais e industriais, estimulando assim, o aparecimento das iniciativas de RSE, uma vez que este estreitamento de relações entre o poder público e os dirigentes das corporações culminou tanto na criação de comissões consultivas e conselhos, bem como na criação dos cursos de formação profissional na área, pelas faculdades e universidades norte americanas.

Em 1953 o conceito formal de RSE é definido nos Estados Unidos a partir da publicação do livro “Social responsibilities of the businessman”, de Howard Bowen, resultando na ampliação dos espaços de discussão do tema. O autor concentrou sua análise na atuação das empresas na sociedade versus a responsabilidade destas pelas consequências negativas de seus negócios, entendendo que estas têm o dever moral de estabelecer políticas e linha de atuação que sejam compatíveis com os objetivos e valores da sociedade. (KOONTZ, 1998).

Estas ideias alteraram toda a concepção da ação social das empresas, pois esta passa a ser considerada com instrumento para promoção dos referidos objetivos e valores sociais. O movimento passou a ser fortalecido também pela maior participação popular e cobrança da sociedade por uma postura mais ética no que diz respeito às questões sociais e ambientais pelas empresas. (PINTO, 2006).

Desde então o tema passou a ser apoiado e atacado por diversos autores. O Quadro 1 apresenta os principais argumentos a favor e contra a participação social das empresas:

QUADRO 1: ARGUMENTOS A FAVOR E CONTRA A RSE

ARGUMENTOS A FAVOR DA RSE	ARGUMENTOS CONTRA A RSE
Supõe-se que as empresas devem sua existência à sociedade, de forma que estão obrigadas a responder às necessidades desta.	A participação social pode reduzir a eficiência econômica das empresas.
A criação de melhores condições sociais amplia a qualidade de vida da população e a quantidade de oportunidades de trabalho, por outro lado, as empresas se beneficiam com o aumento da oferta de mão de obra qualificada e em condições de consumir seus bens e serviços.	Em última instância a sociedade se vê obrigada a pagar pela participação social das empresas através de preços mais altos. Por outro lado, as empresas socialmente responsáveis ficam em desvantagem competitiva frente às empresas que não carregam o custo da participação social.
A participação social diminui regulações e intervenções adicionais do governo, com consequente ampliação da liberdade e flexibilidade para tomada de decisões pela empresa.	Há uma grande carência de apoio integral para as ações sociais e muitos desacordos entre grupos com diferentes pontos de vista quanto à forma de atuação empresarial.
As empresas possuem muito poder, o qual deveria ser acompanhado de igual quantidade de responsabilidade.	As empresas possuem suficiente poder, o qual aumentaria automaticamente (assim como a influência que exercem) com adicional participação social.
A participação social pode beneficiar os acionistas e criar uma imagem pública favorável, atraindo clientes, funcionários e investidores. Adicionalmente, também possui recursos humanos e financeiros capazes de resolver alguns dos problemas da sociedade.	Os empresários não possuem as habilidades necessárias para resolver os problemas sociais, uma vez que sua formação e experiência se reduzem às questões econômicas.
A sociedade moderna é um sistema interdependente, de forma que as atividades internas da empresa têm impacto no ambiente externo.	Não existem instrumentos e ferramentas para que as empresas prestem contas à sociedade.
Os problemas podem se converter em oportunidades. Objetos que geralmente são descartados pela empresa ou considerados como desperdício podem ser reutilizados rentavelmente.	
As empresas devem buscar resolver os problemas que outras instituições não foram capazes, uma vez que, tradicionalmente, são fontes de novas ideias.	
É melhor prevenir problemas sociais por meio da participação empresarial do que lamentá-los. Pode ser mais fácil ajudar os desempregados do que enfrentar a agitação social.	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Frederick, Davis e Post (1988).

A seguir, apresenta-se, mais detalhadamente o posicionamento teórico dos principais autores da temática, em conformidade com os argumentos apresentados no Quadro 1.

Os argumentos contrários estão baseados principalmente nos direitos de propriedade, sendo Milton Friedman um dos principais teóricos da defesa de que as empresas devem concentrar sua atuação na maximização dos lucros por meio da produção de bens e serviços, cabendo aos órgãos governamentais a gestão das questões sociais. (ASHLEY et al., 2002; STONER; FREEMAN, 1997; BORGER, 2001).

Ultimamente um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm uma responsabilidade social além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Este ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter da natureza de uma economia livre. Em tal economia só há uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude. (FRIEDMAN, 1985, p. 23).

Friedman faz uma crítica contundente à postura dos administradores frente às questões sociais por ele consideradas arbitrárias diante dos interesses e reais objetivos das corporações, tais como contratação de desempregados ao invés de mão de obra qualificada com vistas à redução da pobreza ou dispêndio de recursos para redução da poluição superiores às exigências legais com vistas à melhoria do meio ambiente. De acordo com o autor, estas despesas impactam os salários e dividendos dos acionistas e modificam o perfil dos executivos que passam a assumir o papel de funcionários públicos, uma vez que pautam suas decisões nos interesses sociais coletivos. Em uma de suas mais polêmicas publicações elucidada:

Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva. Se homens de negócios têm outra responsabilidade social que não a de obter o máximo de lucro para seus acionistas, como poderão eles saber qual seria ela? Podem os indivíduos decidir o que constitui o interesse social? É tolerável que funções públicas sejam exercidas pelas pessoas que estão no momento dirigindo empresas particulares, escolhidas para estes postos por grupos estritamente privados? (FRIEDMAN, 1985, p.23).

O pensador americano complementa esta citação reafirmando em artigo mais recente que a responsabilidade social das empresas é buscar lucros, no entanto sem cometer fraudes e considera viável o investimento em ações sociais para melhoria da imagem das organizações, uma vez que isto culminará na elevação dos lucros. Ou seja, ações como preocupação com os funcionários, bem estar comunitário e tudo o que pode ser realizado pelos stakeholders, só se justificam se resultar na maximização dos resultados financeiros da organização. (MACHADO FILHO, 2006).

Esta linha teórica que defende que as ações sociais das empresas impactam o seu desempenho econômico estimulou a realização de diversos estudos e artigos, sendo que percentual significativo destes apresentou resultados incoerentes, seja pela complexidade da relação entre RSE e lucro, seja pela base conceitual dos parâmetros e indicadores utilizados para avaliação que não permitiram o estabelecimento de relações de causa e efeito lineares. (BORGER, 2001).

Nos estudos baseados em avaliações estatísticas, por exemplo, a conexão entre desempenho financeiro e social apresentou resultados positivos, negativos ou não foi detectada correlação estatística significativa. De acordo com Wood (apud BORGER, 2001), a dificuldade de relacionar estas variáveis se dá pela ausência de uma teoria sólida que elucide como estas podem ser conectadas. Por outro lado, vale ressaltar que, dentre as pesquisas com este fim, foi revelado que a RSE não é uma restrição ao desempenho econômico, mas sim um elemento estratégico para as empresas.

Os argumentos que apoiam a responsabilidade social empresarial estão inseridos numa área acadêmica denominada Business and Society, na qual se destacam as obras de autores como Carroll (1979, 1991, 1994, 1999), Donaldson e Dunfee (1994), Frederick (1994, 1998) e Wood (1991). (ASHLEY, 2002).

Partindo da comparação entre desempenho econômico e responsabilidade social, Drucker (apud CARROLL, 1999) critica os argumentos que defendem a implicação das ações sociais sobre a maximização dos lucros, explicitando que o sentido é inverso, ou seja, a prática da responsabilidade pode gerar oportunidades econômicas.

Marc Jones (1996 apud ASHLEY, 2002) avalia que os argumentos que apoiam a responsabilidade social corporativa podem ser enquadrados em duas direções básicas, classificadas como ética e instrumental.

Os argumentos éticos advêm de princípios religiosos e normas sociais que consideram que empresas e funcionários devem agir de forma socialmente responsável, mesmo que em detrimento econômico para as primeiras, e os argumentos instrumentais evidenciam que há uma relação positiva entre o exercício do papel social e os resultados econômicos das empresas, uma vez que esta última visa oportunidade de ampliação dos resultados com o melhor posicionamento no mercado, ampliação da demanda por seus produtos, construção de imagem positiva diante dos consumidores, obtenção de incentivos ou recursos governamentais, dentre outros. (ASHLEY, 2002).

O professor Keith Davis considera as ações sociais corporativas legítimas e alcançáveis e propôs a “Ley de Hierro de la responsabilidad” da seguinte forma: “A largo plazo, quienes no usen su poder em forma responsable em opinión de la sociedad, lo perderán” (KOONTZ, 1998, p. 63).

Esta citação tem se refletido nos espaços empresariais de forma significativa nas duas últimas décadas. Embora ainda não haja um consenso a respeito do conceito da RSE, sua capacidade de realização e levantamento de resultados e impacto está cada vez mais efetiva. Por outro lado, em alguns espaços ainda permeia o sentido de contribuição caridosa, mas que vem sendo amplamente criticado e questionado.

Na vertente da evolução conceitual da RSE, Ashley (2002) evidencia que esta se subdivide em vertentes do conhecimento, sendo elas: responsabilidade social corporativa, responsividade social corporativa, retitude social corporativa, performance social corporativa, performance social dos stakeholders, auditoria social, cidadania empresarial e inovação social.

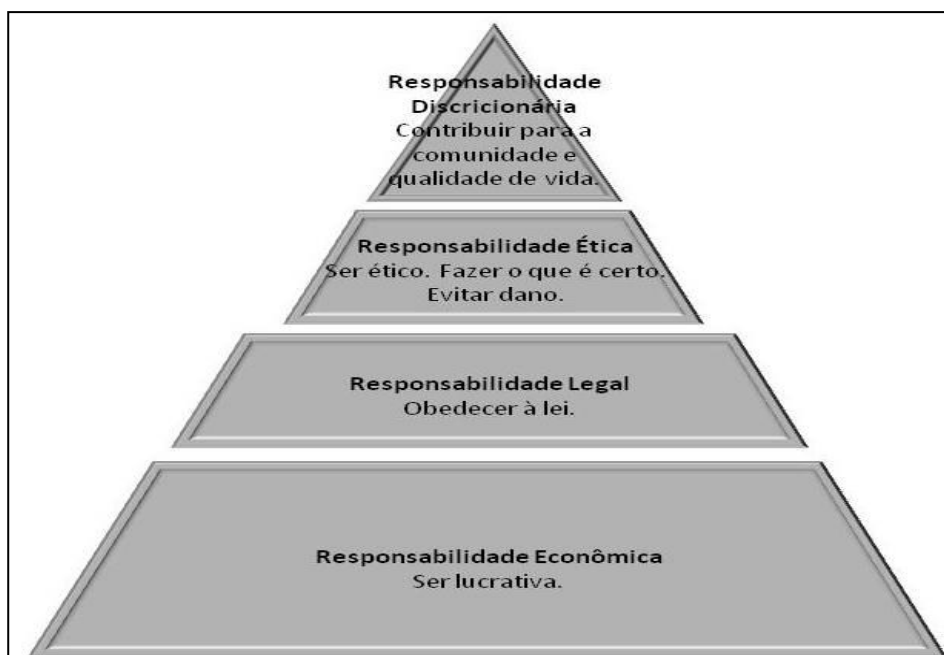
A RSE estimula o desenvolvimento cidadão e a cidadania individual e coletiva, sendo extensiva a todos aqueles que participam da vida em sociedade, podendo ser representada como responsabilidade/obrigação ou como um comportamento responsável no sentido ético, sendo baseada em três pressupostos básicos: aumento do alcance da responsabilidade da empresa para além dos interesses dos acionistas; alteração da natureza das responsabilidades que suplantam o âmbito legal e incorporam obrigações morais ditadas pela ética; adaptação às demandas sociais mais atuantes e exigentes. Estes pressupostos, por sua vez, demandam que tanto as organizações como seu quadro funcional tenham, de forma clara e coesa, conhecimento dos objetivos e da estratégia norteadora das práticas sociais adotadas no ambiente corporativo, de forma a dominar os efeitos das suas práticas econômicas na

sociedade e no meio ambiente, bem como o impacto destas na esfera local, regional e nacional. (MELO NETO; FROES, 1999; DUARTE, 1985).

No sentido ético, a RSE é vista como a base das ações com todos os stakeholders da organização (clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, governo, sociedade, meio ambiente), ou numa visão mais abrangente, toda e qualquer ação que contribua para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Neste sentido, as empresas consideradas socialmente responsáveis correlacionam suas práticas sociais às estratégias de sustentabilidade de longo prazo (desempenho e lucro), observando as consequências sociais e ambientais de suas atividades, com o intuito de contribuir para o bem estar coletivo e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, evidenciando assim uma postura proativa e coerente com seu papel na sociedade e com a sua prestação de contas para com ela. (ASHLEY, 2002; CAMARGO et al., 2001; MOREIRA, 2010; DUARTE, 1985).

Coerente com este sentido mais amplo de responsabilidade social, Carroll (1979, p. 282) formulou o seguinte modelo conceitual dividido em quatro dimensões que refletem as expectativas da sociedade num dado tempo: econômica, legal, ética e discricionária. Estas dimensões não refletem estágios ou etapas de desenvolvimento da RSE, sendo representadas na seguinte pirâmide:

FIGURA 01 - PIRÂMIDE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL



Fonte:Carroll (1979, p. 497-505).

A prática das diferentes dimensões tem reflexos imediatos sobre a reputação da organização, ou seja, sobre a visão dos stakeholders acerca do posicionamento da mesma. A reputação, além de gerar efeitos positivos sobre o valor de mercado das empresas, constitui-se como um patrimônio intangível capaz de propiciar ampliação da capacidade de geração de valor de longo prazo, contribuindo, por consequência, na performance global corporativa. (BORGER, 2001).

No Brasil o movimento de responsabilidade social foi iniciado na década de 60 a partir da iniciativa de um grupo de empresários paulistas que fundaram a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) com objetivo de analisar atividades econômicas e sociais da categoria. (DUARTE; TORRES, 2005).

Ao longo dos anos foram surgindo outros movimentos, tais como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do qual o sociólogo Hebert de Souza foi um dos fundadores, tendo como principal objetivo a democratização da informação e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em 1995, que pioneiramente converteu o interesse empresarial em investimento social privado. (DUARTE; TORRES, 1995).

Nesta mesma época, observa-se a eclosão do marketing social no país, culminando em iniciativas de promoção social em diferentes segmentos. De superação das sequelas nocivas geradas pelo “globalismo ideológico” ao estímulo a diminuição do consumismo indisciplinado, o movimento de responsabilidade social vem assumindo diferentes papéis ao longo do tempo. (MELO NETO; FROES, 1999).

De forma geral, uma empresa pode ser entendida como socialmente responsável quando “incorporar valores éticos ao processo de decisões nos negócios, cumprir a legislação e respeitar as pessoas, a comunidade e o meio ambiente” (FIESP/CIESP, 2000 apud QUEIROZ, 2000, p.24).

A sua adoção converge com os interesses dos proprietários das empresas e impacta diretamente no contexto estratégico empresarial de sobrevivência, rentabilidade e valor de mercado da organização, tal qual resume Milani Filho:

Ações voltadas à satisfação de necessidades do público interno, como treinamento e benefícios a funcionários, convertem-se em investimentos no capital humano e tornam a empresa mais competitiva. Ações direcionadas a melhorar o relacionamento com determinados *stakeholders* externos, como fornecedores, favorecem a obtenção de melhores condições de aquisição e de pagamento pelos fatores produtivos, aumentando a competitividade da empresa.

O cumprimento de obrigações Legais, como o pagamento de tributos, evita penalizações à empresa e aos seus gestores. O investimento em equipamentos de proteção ambiental evita multas por danos ao meio-ambiente e processos jurídicos de entidades ambientalistas. Todas essas medidas estão diretamente relacionadas com a sustentabilidade da organização e, supostamente, contribuem para melhorar os resultados futuros e aumentar o valor de mercado da empresa. (MILANI FILHO, 2008, p.90).

No final da década de 90 foi fundado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social que alterou o perfil do movimento, inserindo valores e princípios como a ética, cidadania, transparência e qualidade nas relações das empresas com todos os stakeholders, além de apoiar as organizações na inclusão do conceito de RSE em suas práticas e políticas empresariais. Sendo também uma importante referência conceitual para as empresas, o Instituto atualmente define a RSE como:

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona – acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo, sociedade e meio ambiente - e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, de forma a preservar recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitar a diversidade e promover a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2006, p. 17).

Conforme apresentado, tanto nos conceitos trazidos por Milani como a definição do Instituto Ethos, a prática da RSE assume um sentido muito mais abrangente, onde o foco das ações ultrapassa o público interno da empresa, ou seja, os seus funcionários, e incluem outros atores da sociedade, tais como fornecedores, clientes, acionistas e comunidade.

Para fins desta pesquisa analisaremos, mais especificamente, as considerações concernentes às ações da empresa voltadas para a comunidade, pois tais ações são mais facilmente segregadas dos gastos operacionais das entidades e refletem um aspecto fundamental na avaliação do investimento social.

4.2 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO (ISP)

O Investimento Social Privado é uma forma de atuação social do setor privado, desenvolvido por executivos e líderes empresariais na década de 1990 e amplamente

difundidos por organizações não governamentais como o GIFE e pelo Instituto de Desenvolvimento Social - IDIS. (SCHOMMER; NOGUEIRA, 2009).

Conforme elucida o GIFE, o ISP pode ser entendido como recursos financeiros, humanos, técnicos ou gerenciais, aplicados de forma estrategicamente planejada e sistemática, em benefício público. Estão inseridos neste contexto os investimentos sociais realizados por empresas, fundações e institutos empresariais ou instituído por indivíduos ou por famílias (GIFE, 2010).

O ISP tem se caracterizado também pelo foco na gestão profissionalizada e no investimento em causas menos assistencialistas, priorizando ações contínuas e cuja existência seja planejada para além do apoio direto da empresa, ou seja, sustentáveis. As ações contam com a realização de diagnóstico prévio da realidade na qual se dará a intervenção, definição de prazos, metas, objetivos, resultados e instrumentos de avaliação. As empresas podem fazer uso de deduções de imposto e/ou outros benefícios legais e a intervenção nas comunidades se concentram em ações, preferencialmente, relacionadas com o seu negócio e estratégias. (SCHOMMER; ROCHA, 2007).

Em algumas organizações empresariais, tais como o Instituto de Desenvolvimento Social – IDIS, considera-se a existências de dois tipos de investimento social privado: corporativo e comunitário, sendo o primeiro relativo a empresas e o segundo aos recursos existentes na comunidade. (IDIS, 2010a).

Schommer e Nogueira (2009), seguindo esta mesma linha, classificam o ISP em quatro diferentes modalidades, de acordo com a estrutura e estratégia de ação, tal qual demonstrado a seguir:

1. Investimento Social Corporativo – ações realizadas por empresas de forma organizada e contínua, por meio de instituto, fundação ou parceria com outras empresas públicas ou privadas e organizações não governamentais que apresentem interesses afins. Não se limita à disponibilização de recursos financeiros, incluindo recursos humanos, materiais, técnicos e gerenciais e representa o maior percentual das iniciativas de ISP no Brasil;
2. Investimento Social Comunitário – Pouco representativo no cenário nacional, corresponde a ações focadas no desenvolvimento de determinado local ou comunidade, por meio da mobilização de recursos financeiros e humanos de forma estratégica e inovadora através de metodologias de desenvolvimento comunitário;

3. Investimento Social Familiar – Correspondem às iniciativas de indivíduos de grande poder aquisitivo, impulsionados por motivos religiosos, culturais ou de incentivos institucionais que investem em ações que beneficiem a coletividade/público através de organizações constituídas com esta finalidade ou de organizações já existentes.

4. Investimento Social Independente – oriundo de um fundo patrimonial dedicado a uma causa por um grupo de empresas, organizações ou famílias que alcançam autonomia administrativa e financeira. Não dependem de mantenedores, ficando com isto menos sujeito às mudanças decorrentes das alterações de estratégia destes e tendendo, como consequência, a maior profissionalização.

Os autores complementam a classificação supra, agregando recentes modalidades desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa, tendo em vista sua realização de forma sistemática e estruturada, tal como a “diáspora philanthropy” que corresponde a recursos encaminhados por imigrantes aos seus países de origem voltados parte para seus familiares e parte para investimentos sociais.

Em 2010, a Worldwide Initiatives for Grantmaker Support – WINGS, rede mundial que envolve mais de 140 associações de fundações de diversos países com o objetivo de criar oportunidade de aprendizagem e apoio mútuo, desenvolver meios de comunicação e cooperação entre si e contribuir para o fortalecimento da filantropia no mundo, realizou duas pesquisas com o intuito de analisar o contexto do investimento social privado global e a ampliação das fundações comunitárias em todo o mundo na última década: *Global Institutional Philanthropy Report* e *The 2010 Global Status Report on Community Foundations*. (WINGS, 2011).

A primeira pesquisa caracterizou a filantropia internacional por regiões e países, as dificuldades para o crescimento e consolidação desta prática e ao mesmo tempo a ampliação dos investimentos, a qualificação das estratégias de ISP e impacto gerado, o fortalecimento da sociedade civil e revelou a carência de informações sobre ISP na maior parte dos países analisados.

A segunda pesquisa analisou o crescimento das fundações comunitárias, modelo de organização da sociedade civil que atua num território definido, articula investimentos de diversos investidores, são geridas por representante da comunidade local e desenvolvem

estruturas de sustentabilidade que comportam investimentos locais de longo prazo. (WINGS, 2010a).

A pesquisa aponta a organização destas fundações em 27 países, incluindo o Brasil, ressaltando números, modelos de relações comunitárias, instrumentos e estratégias de mobilização de recursos e a organização nos países analisados visando estimular mudanças no marco regulatório. Outro fato importante é a demonstração do potencial transformador das pequenas doações realizadas, uma vez que este modelo permite a sua potencialização e a valorização da comunidade local que se torna agente ativo dos processos de promoção da justiça social, direta ou indiretamente. (WINGS, 2010b).

Dentre os dados apresentados, destaca-se a ampliação do número de fundações comunitárias nos últimos dez anos de 905 para 1680, sendo a maior parte na Europa, cujos números no mesmo período foram ampliados 600% (de 103 para 631 fundações, com maior concentração na Alemanha). Outras regiões também apresentaram crescimento, não tão expressivo quanto o que foi observado na Europa, sendo elas: América do Norte, África e Ásia. Quando analisado o volume de recursos movimentados por estas fundações, observa-se maior concentração nos Estados Unidos, onde existem muitas organizações de sustentação das fundações da comunidade, assim como ocorre na Europa. (WINGS, 2010b).

O GIFE apresenta em seu Código de Ética a diferença entre o investimento social privado e o exercício dos demais componentes da RSE, ressaltando que a prática do primeiro advém do reconhecimento empresarial das suas responsabilidades e da necessidade de reciprocidade para com a comunidade e, desta forma, não podem ser confundidos ou utilizados como instrumento de comercialização de bens tangíveis e intangíveis, tais como acontece com o marketing ou patrocínio. (GIFE, 2010).

Outros conceitos amplamente confundidos com o de ISP são o de ação social empresarial e o de gasto social. Entende-se como gasto social as despesas realizadas pelas empresas em função de emergências sociais ou ações sociais que são classificadas como não geradoras de riqueza econômica. Já ação social empresarial pode ter como foco tanto o público externo através das ações focadas na comunidade, como o público interno por meio do investimento nos processos de desenvolvimento de pessoas, saúde, educação formal ou creches que beneficiam diretamente os seus funcionários, sendo, portanto, de interesse da empresa. (GIFE, 2010).

Embora o investimento social privado seja tido como o uso de *recursos privados para fins públicos* e a RSE como o uso de *recursos privados para fins privados*, não pode haver separação destas duas práticas, uma vez que são interdependentes e complementares:

Pouco adianta uma empresa ter uma bela política de investimento social privado se não cuidar também da responsabilidade social na gestão de seu negócio. Investir em educação na comunidade sem manter, ao mesmo tempo, políticas qualificadas de desenvolvimento dos recursos humanos da empresa é um contra-senso (GIFE, 2010).

De acordo com o GIFE (2010b) e com Schommer e Rocha (2007), a implantação do ISP nas organizações se dá em cinco estágios, podendo este ocorrer isolada ou simultaneamente, em alguns casos:

- *Estágio 1 – assistencialismo/caridade:* o ISP é motivado pela iniciativa particular do fundador, da família, diretores ou alguns funcionários, tendendo a assumir um caráter mais assistencialista e focado em intervenções que visem suprir demandas emergenciais da comunidade de forma desarticulada e pontual.
- *Estágio 2 – Multiprojetos:* nesta etapa a empresa passa a focar em projetos, ainda de forma desarticulada tanto entre projeto como também da estratégia de negócios da empresa.
- *Estágio 3 – Busca de foco:* Com o maior envolvimento dos investidores neste projeto, ocorre uma motivação pela definição de focos de atuação e conseqüentemente a definição de objetivos, resultados e da melhor forma de alcançá-los.
- *Estágio 4 – Estratégias:* Amplia-se a concentração na definição de estratégias de alcance dos resultados e do objetivo a que se propõe o investimento. Neste momento outras decisões de cunho estratégico são tomadas na organização, tal como a opção pela criação de uma fundação, instituto ou área específica.
- *Estágio 5 – Políticas públicas, tecnologias sociais:* fase mais avançada do ISP, na qual as empresas mudam o foco de sua atuação, migrando dos problemas sociais para as causas geradoras dos mesmos. O planejamento ultrapassa o cenário local. Busca-se a união de esforços com outras empresas com objetivos afins potencializando as ações e o impacto nas áreas definidas, influencia-se políticas públicas e surge a preocupação com a sistematização e disseminação do conhecimento e das práticas desenvolvidas.

A partir daí, ocorre a profissionalização da gestão e ampliação da sua estrutura que deixa de ser focada na decisão individual e passa a ser direcionada por um conselho de governança. (SCHOMMER; ROCHA, 2007).

Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos na busca pela promoção de desenvolvimento em bases sustentáveis, muitos desafios ainda estão presentes no Brasil, especialmente, para serem superadas pelo ISP.

Desde a sua criação, o conceito de ISP passou por muitos avanços e vem sendo tema de eventos, pesquisas e reportagens entre as empresas e na mídia em geral. No entanto, no meio acadêmico o avanço ainda é tímido tendo em vista a relevância do tema, o destaque do Brasil internacionalmente diante do tema e os desafios, contradições e perspectivas inerentes ao assunto. (SCHOMMER; NOGUEIRA, 2009).

Em 2007, o IDIS sistematizou uma matriz SWOT que retratava de forma sintética e objetiva o cenário da ISP no país, conforme demonstrado a seguir, com atualizações da autora, tendo por referência Schommer e Nogueira, o GIFE e o próprio IDIS:

QUADRO 2 - ANÁLISE SWOT² DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS / STRENGTHS / FORTALEZAS	FRAQUEZAS / WEAKNESSES / DEBILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Maior consciência de investir no social; • Amadurecimento dos investidores sociais; • Crescente reconhecimento da comunidade ao Investimento Social - IS; • 16 anos de práticas documentadas e geração de conhecimento; • Alianças intersetoriais; • Crescimento de recursos econômicos para o IS; • Instituições que promovem de maneira profissional o IS; • Redes de aprendizagem, conhecimento e vinculação (Fundacult, rede Américaetc.); • Institucionalização de estruturas e instrumentos • Maior aproximação com as demandas 	<ul style="list-style-type: none"> • Corporativismo institucional (sobreposição /pulverização / falta de cultura de parcerias e colaboração) • Agenda do investimento privado acima do social • Avaliação fica em 2º plano / “escalabilidade” • Dificuldade de pensar investimento com sustentabilidade (descontinuidade) • Falta de lideranças e equipes qualificadas (de todos os setores) • Dificuldade de interlocução (lógicas distintas) • Fragilidade dos modelos de governança • Investimento prioritário em organizações “tradicionais”, já consagrados • Dificuldade de lidar com as causas, e

² Análise SWOT (STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES e THREATS) é uma ferramenta utilizada para analisar cenários ou ambientes, sendo, normalmente, usada como base para a gestão ou planejamento estratégico de empresas, no entanto, pode ser utilizada para a análise de qualquer cenário.

sociais por meio do diálogo entre investidores e comunidade; <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento pelas comunidades envolvidas • Profissionalização da gestão • Valorização da avaliação • Foco em resultados • Sistematização de práticas 	não apenas os efeitos <ul style="list-style-type: none"> • Falta de outros modelos de IS (por ex. familiar, comunitário) • Limites inerentes ao conceito de ISP • Baixos investimentos em ISP • Desconhecimento do ISP pelas empresas • Falta de cultura do ISP pela empresas
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES/OPPORTUNITIES /OPORTUNIDADES	AMEAÇAS / THREATS / MENAZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das fronteiras (profit e não profit) • Globalização dos negócios • Pesquisa e profissionalização • Sociedade demanda resultados • Desenvolver pensamento sistêmico • Influência da RSE e ISP • Consciência da sociedade • Internacionalização do tema ajuda a “focalizá-lo” • Envolver mais “stakeholders” • Revolução nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) • Comunicação (merchandising social) • Possibilidade de investimento em organizações inovadoras / novas / locais • ISP como “capital de risco” 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo – instabilidade política • Débil administração pública • Ausência de espaços de concertação eficientes • Falta de cultura e conhecimento do investimento social por empresas • Governo populista • Debilidades no marco regulatório (inclusive no âmbito pessoal) • Desconfiança • Corrupção da pobreza • Perda de credibilidade do setor (CPI das ONGs) • Confusão dos papéis entre empresas, sociedade civil e governo • Sociedade ainda não demanda serviços públicos de qualidade (cidadania e direitos) • Baixo grau de diversificação de modelos

Fonte: IDIS (2010c) com atualizações da autora.

Um dos desafios evidenciado na matriz é a pulverização dos investimentos, seja por falta de foco por parte das empresas, o que gera descontinuidade das ações, seja a centralização dos investimentos em causas que garantem maior visibilidade. Embora esta centralização resulte em ganhos de imagem para as empresas, este não deve ser o objetivo central do ISP e quando realizado deve resguardar a integração entre o que é divulgado e a prática. (IDIS, 2010c).

Merece destaque também, dentre os desafios apontados, a falta de cultura de ISP no país que culmina num baixo volume de investimentos, mesmo sendo com ampliação considerável dos mesmos nos últimos anos, exigindo grande esforço para disseminação e incentivo à cultura da doação pelas entidades privadas para fins públicos. Embora algumas

pesquisas revelem que no país existe uma tradição para doação, estes investimentos devem ser qualificados para transformá-los em ações estruturadas e articuladas entre si. (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009).

Embora a análise do ambiente interno evidencie a maior aproximação dos investidores com as comunidades beneficiadas, de forma que as demandas locais sejam atendidas, evitando a implantação de processos verticalizados no modelo “top – down” que terminam por fragilizar as iniciativas, comprometendo os seus resultados e a sustentabilidade destas, contraditoriamente, ainda se constitui numa fraqueza os modelos de governança adotados por muitos programas e que, conforme evidenciado por Nogueira e Schommer (2009), se caracterizam pela frequência de decisões centralizadas, com baixa participação dos diferentes atores envolvidos no processo, tais como os técnicos, parceiros, comunidade ou até mesmo as organizações às quais se destinam os recursos.

Conforme evidencia o GIFE e o IDIS, no caso brasileiro, devem-se imprimir esforços no amadurecimento da ambiência legal de forma a torná-la favorável a prática do ISP. O país apresenta poucas oportunidades de incentivos ou benefícios fiscais para estas iniciativas e, acrescido a isto, existe forte insegurança jurídica para superação de temas como a viabilidade de execução de doação casada para Fundos da Infância e Adolescência (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009; IDIS, 2010; GIFE, 2010).

Por outro lado o movimento vem crescendo, tornando-se mais visível para a sociedade e por consequência se fortalecendo, fruto tanto da profissionalização das iniciativas, como também da adoção da prática da avaliação dos investimentos e do seu impacto pelas empresas. (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009; BORGER, 2001). Cabe às empresas não só a implementação das ações ou financiamento destas. Conforme ressaltado, embora muitas já adotem instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos resultados alcançados, estes devem ser aprimorados e permanentemente atualizados de forma que seja possível medir tanto o impacto da intervenção como também em que medida contribui efetivamente para a transformação social.

4.3 OUTROS ASPECTOS DO ISP

Muitos autores discutem a intencionalidade do envolvimento das empresas com questões sociais, sendo esta atribuída tanto ao perfil dos fundadores da organização, como às exigências contratuais ou eventuais vantagens em termos de imagem. (KREILTON, 2004).

Mirvis (apud SCHOMMER; NOGUEIRA, 2009) evidencia que grande parte das empresas define os elementos que motivam o seu envolvimento em causas sociais gradativamente. As ações se iniciam em caráter pontual e à medida que conseguem perceber o impacto destas, em todas as etapas do negócio, acrescidas da pressão exercida pelos stakeholders, ampliam sua intervenção.

Por outro lado, existem empresas que identificam nas situações sócioambientais oportunidades de negócios e com isso direcionam estratégias e recursos para este fim. Ainda outro conjunto de motivos foi ressaltado pela autora, relacionados a pressões geradas sobre negócios que apresentam problemas com segurança, violência e falta de garantia de direitos e que são obrigadas a se posicionar para garantir sua sobrevivência.

Coelho e Gonçalves (2006) complementam essa discussão com alguns questionamentos: “os projetos sociais podem ser considerados investimento ou custo?”; “Bondade ou Interesse?”. Para o primeiro questionamento os autores contextualizam as motivações no contexto corporativo, utilizando uma abordagem de Ventura que as classifica a partir de três aspectos: o coercitivo, no qual as empresas mais fortes obrigam sua cadeia produtiva a assumir as mesmas práticas por elas adotadas; o mimético, por meio do qual as organizações replicam práticas de organizações tidas como de ponta, com vistas a eliminar as incertezas ambientais; e o normativo que parte da conscientização dos gerentes acrescidas das demandas e cobranças da sociedade civil para a adoção de posturas mais responsáveis social e ambientalmente. Acrescenta que no país a abordagem de custo e investimento social ainda se confunde, embora as empresas estejam cada vez mais pressionadas a observar o impacto de suas operações interna e externamente.

Quanto à discussão referente à Bondade ou Interesse, este é um aspecto relevante nas abordagens tanto dos autores citados como também estão no cerne de outras reflexões. Observa-se a ausência de consenso a respeito desta discussão, uma vez que muitos entendem as motivações como complexas e interdependentes, onde tanto intenções altruístas como aspectos estratégicos interagem. No entanto, identifica-se um ponto comum: independente de bondade ou interesse acredita-se ser possível alcançar um modelo mais justo (não ideal), onde os interesses da lógica capitalista sejam contemplados, mas não em caráter exclusivista. (CARROL, 1999; COELHO; GONÇALVES, 2006; FISCHER, 2003; KLIKSBERG, 2006a; KREITLON, 2004).

5 ENTENDENDO O COOPERATIVISMO

O cooperativismo vem sendo cada vez mais identificado como uma alternativa viável de geração de trabalho e renda para famílias em situações de vulnerabilidade social, organizando sua mão de obra e/ou sua produção e profissionalizando a atuação dos mesmos junto aos mercados. É um sistema econômico baseado na cooperação e regido por princípios filosóficos que o diferencia dos demais sistemas e formas de organização. (CANÇADO, 2004; SIQUEIRA, 2009; ZYLBERSTAJN, 2002).

Considerando esta abordagem, tratar-se-á nesta pesquisa especificamente dos programas implantados pela via do ISP cujo planejamento contempla em sua estrutura, a fomento e fortalecimento de cooperativas, sendo estas financeira e tecnicamente apoiadas. No entanto, para entender a representatividade deste movimento na sociedade, fundamental para uma avaliação deste programas, faz-se necessário uma imersão no seu histórico e evolução no cenário nacional.

5.1 ANTECEDENTES DO COOPERATIVISMO

A cooperação sempre esteve presente entre os seres humanos. Ela se inicia na família, onde uma série de relações, dentro e fora do lar se fazem necessárias para garantir uma convivência plena e segura, onde todos usufruem de direitos e cumprem deveres. É pela união que os seres humanos removem grandes obstáculos e superam os desafios que surgem no seu cotidiano. Por meio da prática da cooperação, os indivíduos desenvolvem a participação, a flexibilidade, a solidariedade e transformam a sua consciência de grupo. (SIQUEIRA, 2009; SINGER; SOUSA, 2003; GAYOTTO, 1974).

As primeiras formas de cooperação remontam ao âmbito tribal, com a união de grupos próximos contra inimigos comuns (outras tribos ou animais de grande porte e etc.), para o trabalho em conjunto, seja na coleta de frutas, na caça e na pesca, ou seja, na luta pela sobrevivência. (GAYOTTO, 1974).

Há registro de formas bem definidas de cooperação na Babilônia, no Egito e na Grécia em diferentes atividades como os campos de trigo, o artesanato e o sepultamento. Na China, mais de trezentos anos antes de Cristo, os comerciantes já se organizavam para buscar alternativas para os frequentes naufrágios que ocorriam no rio Yang-Tsé, de forma que as

consequências resultantes destes prejuízos fossem amenizadas para as famílias donas de embarcações. (GAYOTTO, 1974).

No século XV, identificou-se nas civilizações Asteca, Maia e Inca, relações de cooperação muito bem definidas. Alicerçado na agricultura, o regime de ajuda mútua vivenciado por estes povos era capitaneado pelo rei que tinha soberania sobre a terra, repartindo-a entre os seus súditos para exploração e usufruto, como uma pequena propriedade familiar, em caráter de hereditariedade. No entanto, para garantir este direito de transmissão da terra para os descendentes, os súditos deveriam dividir o resultado das colheitas, proporcional ao trabalho de cada um, reservar parte como tributo ao rei e para garantir o sustento de uma criança ou idoso, dentre outras normas que deveriam ser cumpridas. (MONEZI, 2010; GAYOTTO, 1974; SOARES, 1929).

Na Idade Média, surgiram as primeiras iniciativas formais próximas do cooperativismo denominadas “corporações de ofício”, associações de pessoas da mesma profissão que estavam sujeitas às mesmas regras, direitos e deveres. Nesta época, os artesãos trabalhavam em suas casas ou numa dependência próxima com a ajuda de suas famílias. (RICCIARDI; LEMOS, 2000 ; PINHO, 1982; GAYOTTO, 1974).

5.2 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Em meados do século XVIII, iniciou-se a Revolução Industrial com a criação das máquinas a vapor. Como consequência deste novo cenário, observou-se na sociedade uma grande crise gerada pelos baixos salários e longas jornadas de trabalho, que culminaram em dificuldades socioeconômicas para a população.

Nesta época, originaram-se várias sociedades com características cooperativas, capitaneados por pensadores socialistas, considerados como precursores do cooperativismo, tais como Robert Owen, Louis Blanc e Charles Fourier, que defendiam proposições pautadas na ajuda mútua, igualdade e autogestão. Estes passaram a disseminar conhecimentos com vistas a alterar o comportamento da sociedade. (SINGER; SOUSA, 2003; GAYOTTO 1974; SIQUEIRA, 2009; PINHO, 1982).

Tal qual afirma Pinho (1982, p.23):

Foi nesse quadro intelectual, somado à realidade constituída pelo sofrimento das classes trabalhadoras ante as consequências do liberalismo econômico

desbragado do início do século XIX, que se criou o contexto propício ao aparecimento das cooperativas: nasceu, simultaneamente, da utopia e do desejo da massa trabalhadora de superar a miséria pelos seus próprios meios (auxílio-mútuo).

Em 1843, surgiram as primeiras ideias formais de cooperação com um grupo de 28 pessoas, tecelões em sua maioria, da cidade de Rochdale na Inglaterra. Estes resolveram se reunir para discutir como poderiam solucionar os seus problemas de sobrevivência. Na discussão tiveram a ideia de criar um armazém cooperativo para fornecer alimentos e roupas para os trabalhadores associados. Como não dispunham de nenhum capital, resolveram passar um ano economizando para juntar o capital social e amadurecer a ideia de cooperativa discutindo seus princípios, direitos e deveres.

E em 21.12.1844, inauguraram o armazém cooperativo localizado em Toad Lane, bairro de Rochdale, com o nome de “Rochdale Society of Equitable Pioneers”. Surgia assim a primeira cooperativa de consumo, tendo por base os princípios cooperativos. (CANÇADO, 2004; GAWLAK, 2004; GAYOTTO 1974; MONEZI, 2010; PINHO, 1982; RICCIARDI; LEMOS, 2000; SOARES, 1929; OCB, 2011).

De acordo com Singer (1998, p. 100) os pioneiros tinham por objetivo:

[...] fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros.

Mesmo frente ao descrédito geral na época, a união dos operários em torno da cooperativa prosperou. Com os êxitos obtidos com as primeiras iniciativas, o cooperativismo se difundiu, inicialmente pela Europa, e posteriormente por todo o mundo, surgindo dois outros ramos do cooperativismo: crédito e produção, e se consolidando enquanto movimento. (SINGER; SOUSA, 2003).

De acordo com Marx, o cooperativismo pode ser evidenciado como um dos escassos benefícios do capitalismo:

[...] mas estava reservado uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Estamos falando do movimento cooperativista, especialmente as fábricas cooperativas criadas pelos esforços independentes de poucas intrépidas mãos. O valor destes experimentos sociais grandiosos não pode ser subestimado. Por fatos e não

por argumentos, eles mostraram que a produção em grande escala, e de acordo com os mandamentos da ciência moderna, pode ser conduzida sem a existência de uma classe de mestres empregando uma classe de mão, e que não é necessário para produzir que os instrumentos de trabalho estejam monopolizados como instrumentos de dominação e de exploração contra o próprio trabalhador, e que como o trabalho escravo, como trabalho servil, o trabalho contratado não é senão uma forma transitória inferior, destinada a desaparecer perante o trabalho associado que cumpre sua tarefa com motivação, disposição e um coração alegre. (MARX, 1982, p. 253).

Com o surgimento da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, o conceito de cooperação adquiriu novo formato, nascendo assim o cooperativismo. De acordo com definição da OCB:

O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.

Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade. (OCB, 2011).

No Brasil, as primeiras cooperativas surgiram estimuladas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, visando atender suas necessidades, sendo estas do ramo consumo. Registra-se que a primeira cooperativa foi fundada em Ouro Preto (MG) em 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Posteriormente o movimento se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. (SINGER; SOUSA, 2003; PINHO, 1982).

Mesmo tendo surgido no Brasil em 1889, só em 1971 foi estabelecida uma base legal para as cooperativas, com a promulgação da Lei 5.764, fundamentada pelos Princípios dos pioneiros de Rochdale. Esta lei define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das cooperativas e é considerada a bíblia das cooperativas, visto que esta legislação norteia todos os atos da atividade cooperativista no Brasil, desde a sua fundação até a sua extinção. (SOARES, 1929; OCB, 2011; SIQUEIRA, 2009).

Em 1987, o movimento cooperativista brasileiro mobilizou-se no sentido de formular uma proposta que estimulasse maior participação dos associados e diminuísse a interferência governamental. Com isso, durante a realização do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo em 1988, estas propostas foram avaliada e aprovadas, sendo definido:

Estabelecimento de um processo de organização do Quadro Social em comitês educativos, comissões, núcleos, conselhos, etc, permitindo a efetivação de um elo de ligação entre o associado e a administração da cooperativa, contribuindo para o processo decisório e o planejamento democrático na sociedade cooperativa.

Estas propostas foram apresentadas, no mesmo ano, pelas lideranças cooperativistas à Assembleia Nacional Constituinte, resultando na inserção no Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, da Constituição da República Federal do Brasil, artigo 5º, item XVIII, que define: “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que maior liberdade de ação foi dada às associações e cooperativas, aumentou a responsabilidade do quadro social e seus representantes na condução destas instituições.

O movimento cooperativista desenvolveu sua expansão e fortalecimento no país alicerçado na legislação, sendo esta atuação mais intensificada a partir da criação em 1969 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão de representação do cooperativismo no cenário nacional.

Atualmente a OCB conta com mais de 7,5 mil cooperativas com quase 6,8 milhões de associados que atuam em 13 ramos de atividade econômica, sendo responsáveis por 6% de participação no PIB brasileiro (OCB, 2011).

É importante entender o conceito de cooperativa, seus princípios e valores, possibilitando assim, o uso adequado destes, aos fins desta pesquisa.

5.3 CONCEITO DE COOPERATIVA

A palavra cooperar deriva etimologicamente da palavra latina “cooperari”, formada por “cum” (com) e “operari” (trabalhar), e significa agir simultaneamente ou coletivamente com outros para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo

propósito. É se integrar com outros indivíduos para superar em conjunto situações problema, transformando-as em oportunidade de crescimento e bem estar coletivo. (OCB, 2011; CANÇADO; GONTIJO, 2004; GAWLAK, 2004).

O cooperativismo é um termo originado da palavra cooperação e que compreende uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócioeconômicas da humanidade. Compreende uma cultura que busca estimular a capacidade intelectual dos indivíduos de forma criativa, equilibrada e justa, com vistas a sua melhoria permanente. (OCB, 2011; ACI, 2009; OCEB, 2011).

A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por intermédio de uma empresa coletiva. É uma organização democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdades de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços. (OCB, 2011; ACI, 2009).

Analisando a complexidade do movimento cooperativista e o impacto que gera na sociedade, Carvalho de Mendonça reúne em sua definição de cooperativa a finalidade mesma deste modelo organizacional, que seja a ampliação da qualidade de vida do seu quadro social, eliminando os intermediários e possibilitando a divisão dos resultados econômicos obtidos entre os sócios.

[...] as sociedades cooperativas são institutos modernos, tendentes a melhorar as condições das classes sociais, especialmente dos pequenos capitalistas e operários. Eles procuram libertar essas classes da dependência das grandes indústrias por meio da união das forças econômicas de cada uma; suprimem aparentemente o intermediário, nesse sentido; as operações ou serviços que constituem o seu objeto são realizados ou prestados aos próprios sócios e é exatamente para esse fim que se organiza a empresa cooperativa; diminuem as despesas, pois que, representando o papel do intermediário, distribuem os lucros entre a própria clientela associada; em suma, concorrem para despertar e animar o hábito da economia entre os sócios. (MENDONÇA, 2001, p.278).

Pode-se encontrar outras definições de cooperativa, no entanto, observa-se que independente do enfoque, todas elas preservam os princípios do cooperativismo.

Cooperação, também cooperativa ou sociedade cooperativa indica em geral qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou

oposição. Em economia e história social o termo é empregado (como o adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição à concorrência. (SILVA, 1990, p.232).

Uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados que se predispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possuem um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formam uma organização democraticamente controlada, em que custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros. (VERHAGEN, 1984, p.19).

[...] um movimento social, cuja sociedade é definida em função do fator trabalho (proporção de trabalho que cada sócio dedica à cooperativa), tem por objetivo realizar uma atividade econômica, que ofereça benefícios mútuos e onde o interesse das pessoas prevaleça sobre os interesses dos portadores de capital. (TECH, 2000, p.71).

Movidas por um ideal democrático, as cooperativas resgatam a dignidade humana, constroem a cidadania, integram a comunidade e trazem a justiça social pelo empreendedorismo, envolvendo toda a comunidade. (SCHENEIDER, 1999).

Neste sentido o objetivo maior da cooperativa é a prestação de serviços para o seu quadro social e a valorização do indivíduo, ou seja, permitir que cada sócio se realize individualmente e todos os sócios, coletivamente, alcancem uma ampla realização social (FOUQUET apud RICCIARDI; LEMOS, 2000).

O movimento cooperativista está baseado nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Promulga também os valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preservação do meio ambiente para o desenvolvimento sustentado. (OCB, 2011).

Em 2003, durante a realização do “1º Seminário sobre Cooperativismo de Trabalho No Cenário Mundial” foi definida a “Ética Cooperativista” que relaciona os aspectos éticos que se revelam no movimento cooperativista, sendo eles: criatividade, solidariedade, ecumenicidade e responsabilidade. (OCEB, 2011).

1. Ética da Criatividade – Exige do dirigente cooperativista habilidades gerenciais e emocionais que permitam combinar os recursos humanos com os materiais, tendo por base a autogestão;
2. Ética da Solidariedade – Estimula o respeito mútuo, a responsabilidade e o querer contribuir com as ações coletivas, estando diretamente ligada à prática da

apropriação social dos resultados, à restrição da importância do capital sobre as pessoas, etc.;

3. Ética da Ecumenicidade – refere-se às discussões permanentes realizadas no âmbito dos Congressos da Aliança Cooperativista Internacional, nas quais se evidencia a ecumenicidade como oposição a uma “obediência particular” que bloqueia o aprofundamento das convicções pessoais;

4. Ética da responsabilidade – ética relacionada à necessidade dos cooperados reconhecerem seu papel de donos e usuários da cooperativa, assumindo a responsabilidade pelas consequências dos seus atos e pelos resultados alcançados.

5.4 OS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Conforme citado anteriormente, os princípios do cooperativismo, norteados pelos ideais da cooperação, foram discutidos e colocados em prática quando da fundação da Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale. Estes princípios, dentro do movimento são tidos com linhas mestras fundamentais, por meio das quais as cooperativas devem praticar seus valores. (PINHO, 1978).

Estes princípios passaram a ser debatidos e controlados pela ACI que, em 1921, passou a ser a entidade responsável por discutir os princípios cooperativistas. Tem-se que em 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester), foram realizadas reuniões da ACI, sendo nestas implantadas significativas mudanças nos princípios cooperativistas. (SCHNEIDER, 1999; CANÇADO, 2004).

Estas mudanças levaram em consideração as mudanças e transformações ocorridas no cenário mundial, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937	1966	1995
1. Adesão Livre	1. Adesão Livre	1. Adesão Livre	1. Adesão
2. Gestão Democrática	2. Gestão Democrática	(inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social)	Voluntária e Livre
3. Retorno Pro Rata das Operações	3. Retorno Pro Rata das Operações	2. Gestão	2. Controle Democrático pelos associados
4. Juro Limitado ao	4. Juro Limitado ao		3. Participação

Capital investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	Capital investido 5. Vendas a Dinheiro 6. Desenvolvimento da Educação em todos os níveis 7. Neutralidade política, religiosa e racial	Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro rata das operações 4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social 5. Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral 6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Treinamento e Informação 6. Cooperação entre Cooperativas 7. Preocupação com a Comunidade
--	--	---	---

Fonte: Cançado (2004, p. 8).

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, tratar-se-á mais detalhadamente dos princípios cooperativistas vigentes atualmente.

- 1º Princípio: Adesão Voluntária e Livre:

Associar-se a uma cooperativa “é livre a todos que desejam utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto”. (OCB, 2009, art.29, lei 5.764/71)

“As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas ou religiosas”. (VALADARES, 2003, p.46).

Atualmente, existem alguns critérios de adesão, tais como conhecer a doutrina cooperativista, seus princípios, valores e o estatuto da cooperativa a qual pretende se filiar, bem como restrições como impossibilidade técnica para prestação de serviços ou possuir interesses conflitantes.

- 2º Princípio: Gestão Democrática:

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que devem participar ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões de acordo com as necessidades e objetivos definidos. (VALADARES, 2003).

Na cooperativa, cada cooperado tem um voto, independente do número de quotas-partes, com direito a votar e ser votado. Todas as decisões são tomadas no âmbito da assembleia geral que é o órgão máximo da cooperativa. Ressalta-se que este princípio distingue as cooperativas das demais empresas, uma vez que os sócios são responsáveis pelas tomadas de decisão estratégicas do negócio, sendo o controle administrativo da cooperativa entendido como atribuição de todos os sócios. (CANÇADO, 2004; RICCIARDI; LEMOS, 2000).

- 3º Princípio: Participação Econômica dos Associados:

Os sócios integralizam o capital social da cooperativa mediante quotas-partes contribuindo equitativamente e controlando-os democraticamente. Entende-se por capital social um valor, em moeda corrente, que cada sócio investe ao associar-se a cooperativa e que serve para desenvolvê-la. O capital social integralizado pertence ao associado e não pode ser transferido a terceiro, sendo que parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. (VALADARES, 2003; CANÇADO, 2004; GAWLAK, 2004).

Se houver sobras no fechamento do balanço anual, os membros as destinam a uma ou mais finalidades, tais como: aos fundos previstos no Estatuto da cooperativa; retorno de benefício aos sócios proporcional a sua participação na cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pela Assembleia Geral. (OCB, 2009; CANÇADO, 2004).

- 4º Princípio: Autonomia e Independência:

As cooperativas são empreendimentos autônomos, controlados pelo seu Quadro Social, que decide sobre suas atividades, objetivos e metas, sem interferência governamental ou de quaisquer organizações externas. (VALADARES, 2003).

Este princípio deve ser exercido à luz do Estatuto Social da cooperativa, instrumento que normatiza e define os critérios de funcionamento, os direitos e deveres, capital mínimo para subscrição pelos sócios, forma de gestão e fiscalização, destinação de sobras, formalidades da assembleia geral, critérios para dissolução, número mínimo de associados, dentre outros assuntos relevantes para a condução da instituição. (OCB, 2009).

Conforme sintetiza IRION (1997), o estatuto apresenta as seguintes funções na cooperativa:

QUADRO 4 – FUNÇÕES DO ESTATUTO

FUNÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Constitutiva e declaratória	Declara a cooperativa constituída, seu objeto social, sede, foro, área de ação e capital social.
Habilitadora	Estabelece as qualificações do quadro social.
Estrutura e delegatória	Normatiza a estrutura delegando-lhe funções, atribuições e alçadas.
Responsabilizadora	Fixa responsabilidades dos sócios, das estruturas e de seus respectivos componentes.
Provedora	Estabelece mecanismos de provimento dos cargos e funções.
Formalizadora	Cria regras de funcionamento de assembleias, reuniões, atividades sociais e negociais.
Relacionadora e reguladora	Regula relações interpessoais e internas dos sócios com a cooperativa e destes com eles.
Distributivas	Regula o custeio das entidades e a participação dos associados nos resultados, constituição, e aplicação dos fundos e do capital próprio da entidade.
Complementares	Regula reforma do estatuto, edição e reforma de regulamentos e regimentos a ele complementares.
Genéricas	Estabelece regras de dissolução da sociedade e dispositivos de efeito transitório.

Fonte: Irion (1997, p. 246).

- 5º Princípio: Educação, Formação e Informação:

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros e dos representantes eleitos de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa. Todas as pessoas necessitam de aperfeiçoamento constante, capacitando-se para cooperação. (VALADARES, 2003; CANÇADO, 2004).

O exercício deste princípio garante a transparência da cooperativa e fortalece as suas bases por meio da divulgação da doutrina e da filosofia, construindo assim um Quadro Social mais consciente do seu papel dentro e fora dela. (CANÇADO, 2004; GAWLAK, 2004; SIQUEIRA, 2009).

- 6º Princípio: Cooperação entre Cooperativas:

Não só os cooperados devem se unir em torno de um objetivo comum, para viabilizar sua cooperativa, mas as próprias cooperativas singulares devem se unir em âmbito local, nacional e internacional, para atender melhor ao interesse dos seus cooperados. (GAWLAK, 2004; CANÇADO, 2004; OCEB, 2011)

- 7º Princípio: Preocupação com a Comunidade:

As cooperativas devem contribuir para o desenvolvimento da comunidade da qual faz parte por meio da geração de trabalho, produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas por seus sócios. (IRION,1997).

O princípio da Autonomia e Independência está diretamente relacionado com a Gestão Democrática, garantindo aos sócios o exercício da autoridade que lhes compete e consequentemente legitimando a organização. De forma complementar o princípio da Educação, Formação e Informação permite que os cooperados, por meio da formação doutrinária, possam reconhecer-se enquanto donos e usuários da cooperativa, identificar as relações de autoridade existentes e o seu papel enquanto agente de transformação e crescimento do negócio. Conforme elucida Irion (1997), algumas circunstâncias podem comprometer tanto a Independência e Autonomia das cooperativas, como a Gestão Democrática:

1. As cooperativas patrocinadas que nascem de cima para baixo, criadas por instituições, empresas e o próprio governo. Formam-se assim cooperativas dependentes, com legitimidade duvidosa, e cujo desempenho ou fracasso comprometem o movimento.
2. A infiltração de outras entidades (sindicatos, associações de classe, partidos, igrejas, empresas, etc.) na autonomia é frequente e tem como objetivo converter a cooperativa em instrumento de promoção dos interesses políticos, sociais ou econômicos das interventoras.
3. A concorrência tem interesse em influir para manter as cooperativas pequenas ou então para convertê-las em mercados cativos.
4. Cooperativas com baixos ativos financeiros, com sistemas de custeios deficientes e que não geram dentro do quadro social capital ou recursos necessários para suas atividades, facilmente comprometem a independência e a autonomia quando se endividam.

5.5 O COOPERATIVISMO E OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA COLETIVA

Em função do desconhecimento ainda comum na sociedade brasileira referente ao movimento cooperativista, observa-se pouca clareza entre os principais diferenciais existentes entre as cooperativas e outras formas de organização coletiva. Isto é mais evidente quando se trata de associações e empresas. Basicamente, o principal diferencial do cooperativismo com relação a estas organizações, encontra-se nos seus objetivos e na forma de gestão. (CANÇADO, 2004).

O que diferencia principalmente as cooperativas dos demais tipos de sociedade é o personalismo que lhes constitui a base, e cuja consequência é um tratamento bem diferenciado das sociedades do tipo capitalistas, quanto ao voto nas deliberações sociais e quanto à distribuição de eventuais sobras líquidas decorrentes das operações sociais. (PADILHA, 1975, p.52 apud CANÇADO, 2004).

Complementando esta abordagem, FRANTZ (2001) sistematiza os dois principais aspectos que diferenciam as cooperativas de outras formas de organização, em consonância com a reflexão de CANÇADO (2004) e com aspectos que garantem a legitimidade desta instituição perante o seu quadro social:

Uma organização cooperativa é, antes de mais nada, uma associação de pessoas (não de capitais) que se propõe atuar na perspectiva da economia dos componentes dessa associação, isto é, na perspectiva de sua racionalidade econômica enquanto economias individuais. Porém, ao fazê-lo, essa associação cria, organiza e estrutura um instrumento adequado que vem a ser a empresa cooperativa: - uma empresa comum com o objetivo de apoiar e complementar a administração das economias individuais, dando-lhes suporte no jogo competitivo do mercado. Portanto, a empresa cooperativa se constitui em uma extensão da economia dos associados, os quais encontram nesse instrumento cooperativo, uma opção mais vantajosa do que a ação individual para se lançar ao mercado. Decorre daí que a ação empresarial cooperativa deve ser determinada e moldada, antes de mais nada, pelas atividades e objetivos das economias de seus associados.

Essa característica diferenciada - como associação e como empresa - remete a duas questões fundamentais para o sucesso do empreendimento cooperativo.

Primeiro, da natureza associativa decorre a necessidade da participação política de seus associados na condução do empreendimento e, segundo, da natureza empresarial decorre a necessidade da participação econômica dos

associados na cooperativa. A cooperativa só consegue ser eficiente, a longo prazo, mediante o cumprimento desses dois aspectos.

A viabilização da participação política e da participação econômica é uma questão central na administração do empreendimento cooperativo, condicionada pela racionalidade da natureza do próprio ato associativo, isto é, ninguém contribui com recursos na organização cooperativa pelo simples prazer de contribuir. Existem objetivos e interesses que levam a isso. (FRANTZ, 2001, p. 257-258 apud FRANTZ, 1985, p. 57-58).

Outras diferenças podem ser evidenciadas, conforme apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 4 – DIFERENÇA ENTRE, ASSOCIAÇÃO, EMPRESAS E COOPERATIVAS

CRITÉRIO	ASSOCIAÇÃO	EMPRESAS	COOPERATIVA
Conceito	Sociedade de pessoas sem fins econômicos.	Sociedade de capitais com fins econômicos.	Sociedade de pessoas com fins econômicos.
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social dos mesmos e organizar as suas atividades de diversas naturezas.	Geração de lucro para os acionistas	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses de seus associados.
Constituição	Mínimo de 2 pessoas.	Não limitação mínima para sua constituição.	Mínimo de 20 pessoas físicas.
Patrimônio / Capital.	Seu patrimônio é formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social.	Seu capital é formado por ações.	Possui capital social que é formado por quotas-partes, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.
Responsabilidade	Os resultados das atividades da associação são de responsabilidade da diretoria, respaldada pelos associados.	Os resultados das atividades são de responsabilidade dos acionistas com maior número de ações.	Os resultados das atividades da cooperativa são de responsabilidade dos associados, proporcional ao Capital subscrito por cada um.
Remuneração	Os dirigentes não são remunerados, recebendo apenas o reembolso das	Os dirigentes são remunerados.	Os dirigentes podem ser remunerados através de retiradas mensais "pro-labore", definidas pela

	despesas realizadas para o desempenho de seus cargos.		assembleia.
Recursos Financeiros	As possíveis sobras das operações entre os associados serão aplicadas na própria associação.	Os lucros nas empresas são destinados ao capital, ou seja, ao n.º de ações de cada pessoa	Após decisão em assembleia geral, as possíveis sobras podem ser divididas de acordo com o volume de negócios do associado. É obrigatória a destinação de um mínimo de 10% para o Fundo de Reserva e 5% para o FATES.

Fonte: Elaborado pela autora com base em OCB (2011) e ACI (2009).

O indivíduo na condição de cooperado deve estar ciente do que pretende na cooperativa e da sua função de usuário e dono da sociedade, uma vez que o fortalecimento desta está diretamente ligado à capacidade do seu quadro social de assumir e usufruir dos seus serviços. (CRUZIO, 2002; GAWLAK, 2004; OCEB, 2011).

Neste sentido, deve-se entender que a participação é o objetivo e o meio tanto para se constituir como para manter uma cooperativa, pois somente através da efetiva, consciente e responsável participação de todo o quadro social que o empreendimento alcançará sucesso em seus objetivos. (NASCIMENTO, 2000; PINHO, 1982; RICCIARDI; LEMOS, 2000; SCHNEIDER, 1999; SINGER; SOUZA, 2003).

O pensamento cooperativista deve ser enriquecido, e o razoável número de profissionais que atua no setor, apesar das conhecidas limitações no particular, tem condições intelectuais de contribuir para que as ideias fiquem mais claras e doutrina cada vez mais presente. Se muitas dessas pessoas se detiverem, de forma sistemática e crítica, à análise dos rumos do Cooperativismo, da legislação, dos seus problemas reais e não dos aparentes, como é a tônica; se adequarem de maneira consequente e responsável certas práticas ao seu conteúdo normativo, certamente advirão conquistas qualitativas importantes de grande valia para consolidar e dar auto-sustentação às cooperativas. (NASCIMENTO, 2000, p.4).

Conforme afirma Frantz (2001) a organização e implantação do espaço de poder só se concretizam pela dinâmica da prática social destes conceitos, tendo por base a participação política do associado, por meio de um processo pedagógico norteado criticamente na direção dos objetivos e finalidades da cooperação. Em sendo a cooperativa o espaço de realização de

interesses e necessidades dos associados, a participação política ou econômica, requer processos de educação cooperativista que permitam a reciclagem de aprendizagens, baseada em princípios democráticos e práticas participativas.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção será abordado o caminho metodológico adotado, sua importância e validade para o alcance dos objetivos propostos, envolvendo os seguintes tópicos: objetivo geral e objetivos específicos; campo de estudo; metodologia de trabalho, e; instrumentos e procedimentos para coleta de dados.

6.1 OBJETIVOS

A produção acadêmica referente à temática do ISP e do cooperativismo, pelas razões já relacionadas no presente trabalho, tiveram uma significativa ampliação nos últimos anos. No entanto, as pesquisas têm concentrado sua atenção na análise e descrição de fenômenos exitosos e pouco se aprofundam na compreensão do tema e seu maior desenvolvimento a partir de um enfoque descritivo e reflexivo das suas estratégias e intervenções, buscando identificar e avaliar potenciais contradições e desequilíbrios.

Instigada pela prática profissional na implantação de programas que consolidam o investimento social de empresas, institutos e fundações, como parte de suas estratégias de RSE, tendo como principal diretriz a implantação de cooperativas como mecanismo de promoção de desenvolvimento comunitário que se delineou o objetivo geral desta pesquisa:

Avaliar a legitimidade dos critérios adotados pelos projetos apoiados pelo Investimento Social Privado (ISP) para a definição e implantação de cooperativas enquanto estratégia de geração de trabalho e renda em comunidades.

Considerando o objetivo geral delimitado, investigou-se os seguintes objetivos específicos, abaixo relacionados:

1. Identificar e analisar os critérios utilizados por um projeto apoiado pelo ISP para a definição de sua estratégia de intervenção focada em cooperativas;
2. Verificar e analisar a metodologia de abordagem comunitária utilizada pelo projeto para a implantação da cooperativa;
3. Averiguar os fatores que motivaram a integração dos cooperados na cooperativa;
4. Levantar de que forma a comunidade reconhece a cooperativa, os impactos gerados por ela e identifica processos de transformação da realidade local.

6.2 NATUREZA DA PESQUISA

O presente estudo classifica-se como descritivo conclusivo, tendo como método a pesquisa documental de abordagem qualitativa.

A pesquisa conclusiva descritiva é caracterizada pela presença de objetivos bem definidos, procedimentos formais, estruturação, voltada para a solução de um problema ou análise de alternativas de curso de ação. Busca observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos, sem a interferência ou manipulação pelo pesquisador. (GIL, 1995).

Tendo em vista a preocupação prática da pesquisa, aliou-se à pesquisa descritiva, em sua primeira etapa a pesquisa exploratória por meio do levantamento bibliográfico, utilizando as mais diversas fontes (publicações, livros, revistas, boletins, websites, teses, monografias, recursos audiovisuais).

A escolha da abordagem qualitativa do método, com ênfase não na quantificação e descrição dos dados levantados, mas na relevância das informações que podem ser elaboradas a partir de uma visão crítica e cautelosa dos documentos, se deu em função da natureza do fenômeno e do objetivo da investigação.

Foi selecionado como método a pesquisa documental, tendo em vista que os documentos são importante fonte de dados e podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Neste sentido, conforme afirma Bravo (1991, p. 283) corresponde “aquele tipo de observación que versa sobre todas las realizaciones sociales y las ideas humanas o son producto de la vida social y, portanto, encuan to registran o reflejan esta, pueden ser utilizados para estudiarla indirectamente”.

Nesta concepção, a palavra documento deve ser compreendida de maneira ampla, envolvendo os materiais escritos, as estatísticas e os elementos iconográficos (GODOY, 1995)

Neste sentido, reitera-se que a pesquisa documental não deve ser entendida como uma técnica ou procedimento de coleta de dados, mas sim como método. Isto porque, de acordo com Gomes (2007), diferentemente da técnica, o método envolve as seguintes dimensões:

- a) epistemológica: a partir de um modelo de ciência se analisa se uma pesquisa é científica ou não;
- b) teórica: leva em conta os conceitos que norteiam a interpretação dos dados;
- c) morfológica: o objeto de investigação é sistematicamente estruturado;

d) técnica: a coleta de dados é controlada, bem como o diálogo existente entre os mesmos e a teoria que os originou.

Outro fator importante para a escolha do método é que a pesquisa documental permite o estudo de pessoas às quais o acesso físico já não é possível por não estarem envolvidas na situação, tais como cooperados que solicitaram a sua exclusão do Quadro Social e gestores que não compõem a equipe do projeto em análise e, também, por se constituir numa fonte não reativa, ou seja, as informações registradas nos documentos permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Ou seja, são fontes naturais de informação, uma vez que surgiram num contexto histórico, econômico e social específico e sua abordagem diz respeito a dados deste mesmo contexto, não existindo, portanto, o risco de alteração das ideias e comportamento dos sujeitos investigados. (GODOY, 1995).

Embora considerando o método como o mais adequado para o tipo de investigação proposta, este trabalho levou em conta também algumas desvantagens e dificuldades inerentes ao mesmo e com os quais se buscou ter muita atenção na construção do trabalho. Dentre elas, pode-se destacar o fato dos documentos não serem produzidos com a finalidade de investigação social, o que pode ocasionar alguns vieses; o não registro dos comportamentos não verbais e que podem ser significativo para a análise de determinada fala; os documentos podem não ser representativos do fenômeno em estudo; ausência de padrão em muitos documentos a serem examinados, o que confere uma complexidade para codificar as informações nele contidas. (GODOY, 1995).

Por outro lado, conforme elucida Gil (2002, p. 53) “pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem à sua verificação por outros meios”.

6.3 COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa foi estudado um projeto de investimento social privado e a cooperativa dele resultante, aqui denominada Cooperativa ALFA. Para fins desta pesquisa a empresa investidora será denominada Empresa BETA.

É importante evidenciar que a pesquisadora participou de todo o processo de implantação deste investimento social e dos desdobramentos resultantes desta implantação

nos seus primeiros anos, o que requereu o esforço de desconstrução mental dos processos, assumindo assim, a posição de investigador.

Embora pareça uma decisão cômoda ter escolhido como campo empírico da presente investigação uma organização privada e uma cooperativa nas quais a investigadora atuou diretamente e conhece em profundidade, esta se tornou uma construção delicada e complexa, pois quando se faz parte do processo e se tem a responsabilidade de transmissão do contexto oficial, o trabalho se torna intenso, uma vez que envolve relações profissionais e pessoais, exigem o afastamento crítico e a realização de uma releitura a partir da perspectiva teórico-metodológica crítica escolhida pelo pesquisador.

Considerando que os elementos necessários para a consecução do objetivo desta pesquisa estão concentrados no período de planejamento e implantação da cooperativa, foi realizado um recorte temporal, sendo a investigação e análise focada no período de 2001 até 2005.

A análise dos dados utilizou-se do método qualitativo, buscando a compreensão das características, estruturas e modelos implícitos nos fragmentos dos conteúdos selecionados. Conforme elucida Godoy (1995), a análise dos dados contato com três etapas principais: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise é entendida como uma etapa de organização, na qual se define um esquema de trabalho preciso e com procedimentos definidos.

Considerando a grande quantidade de informações e documentos disponíveis foi realizada uma coleta inicial e a pré-análise destes dados, a partir da qual foi realizada uma classificação dos mesmos e seleção daqueles que apresentavam maior representatividade e quantidade de informações concernentes aos objetivos da pesquisa. A pré-análise também permitiu a identificação da necessidade de novas coletas de dados com vistas ao alcance de melhores resultados na análise crítica do material selecionado.

Seguindo a orientação de Bell (1993) no que se refere à execução de uma “seleção controlada” por parte do investigador, procurou-se: “não incluir demasiadas fontes deliberadas³; não seleccionar documentos com base na forma como estes apoiam os seus pontos de vista; procurar uma seleção equilibrada com atenção ao tempo disponível; e verificar periodicamente se se está a cumprir as datas do plano”. (BELL, 1993, p. 107).

³Entende-se por fontes deliberadas aquelas produzidas com o objetivo de servir a futuras pesquisas, com vistas a esclarecer suspeitas ou reputação. (LEHMANN; MEHRENS, 1971 apud BELL, 1993).

Para garantir a credibilidade e fidedignidade das informações e garantir o valor dos documentos foi realizada uma avaliação da autenticidade (crítica externa) e do valor dos dados (crítica interna), buscando identificar o tipo do documento, o que diz, quem o produziu, com qual finalidade, quando e sob quais circunstâncias foi produzido, perfil da escrita do autor (costuma dizer a verdade exagera, distorce) associada ao público alvo dos documentos elaborados. (BELL, 1993).

Com isso foram eliminados todos os documentos relacionados à publicização do Projeto, da Cooperativa ALFA e da Empresa BETA, relatórios e memorandos destinados a parceiros financiadores, toda e qualquer documentação direcionada ao público externo.

Com isso, definiu-se como referencial de análise os seguintes documentos:

1. Referentes à Empresa BETA: plano de ação do investimento social e programas de ação anuais, relatórios mensais e anuais de atividade e progresso do projeto de caráter interno à organização;
2. Referentes à Cooperativa ALFA: atas de constituição, atas de assembleia geral ordinária e extraordinária, atas de reuniões dos conselhos administrativo e fiscal, termo de adesão de associado; pesquisa de perfil do associado, entrevistas de inclusão de novos sócios, questionários individuais de acompanhamento social bimestral e diagnóstico sócio econômico.

Superada esta etapa, realizou-se a leitura dos documentos selecionados e realizada a codificação, classificação e categorização das unidades de análise. Foram consideradas as unidades de registro e as de conceito.

Entende-se por unidade de contexto o entendimento do contexto no qual está inserido o documento como um todo ou parte do mesmo que está sendo analisado e, por unidade de registro aquelas relacionadas aos elementos obtidos na decomposição do conjunto das informações (GOMES, 2007). Foram analisadas sentenças, parágrafos e textos completos com vistas a extrair conceitos e afirmações contidas nos documentos.

Tendo sido identificadas as unidades de contexto e de registro, foi realizada a transcrição na íntegra de todos os trechos onde foram identificados potenciais critérios para definição da cooperativa enquanto organização que melhor atendia às necessidades do público alvo, elementos de motivação dos beneficiários a ingressarem na cooperativa e aspectos referentes à visão do cooperado sobre a cooperativa. Em seguida, foi realizado o cruzamento entre elementos identificados, a fundamentação teórica e os objetivos da pesquisa.

Conforme elucida Gomes (2007, p.91), “chegamos a uma interpretação quando conseguimos realizar uma síntese entre: as questões da pesquisa, os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada”.

Faz parte também dos procedimentos técnicos operacionais da investigação o sigilo quanto aos documentos avaliados. Neste sentido, quando na transcrição literal de parte dos documentos analisados havia referências explícitas à empresa, cooperativa ou Projeto analisados, estes foram suprimidos.

É importante ressaltar que a análise dos documentos não revela uma verdade absoluta, que houve muita prudência e critério com vistas a evitar equívocos ou injustiças e, por fim, que a pretensão não é realizar um julgamento da experiência analisada. Trata-se da verificação da coerência entre a proposta teórico metodológica da iniciativa em análise com a prática e suas consequências para o público envolvido e, adicionalmente, a intenção de despertar a comunidade científica para a realização de um diálogo mais crítico a cerca das experiências no campo do ISP, com vistas a contribuir no aperfeiçoamento dos atuais e futuros gestores sociais.

6.4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A Empresa BETA é uma instituição privada de utilidade pública, sem fins lucrativos que como parte de sua estratégia de RSE apoia projetos que estimulem o jovem e suas famílias a serem agentes multiplicadores e disseminadores de ações sociais sustentáveis, de forma a contribuir com o seu autodesenvolvimento, com o desenvolvimento da sua família e das comunidades nas quais estão inseridos.

Seus Investimentos Sociais se concentram no Estado da Bahia e têm como foco instituições educacionais, ambientais, iniciativas para a geração de trabalho e renda por meio de cadeias produtivas ou qualificação profissional e o exercício da cidadania, sendo atualmente disponibilizado apoio direto a cerca de quinze instituições. Para esta pesquisa foi selecionado um dos projetos apoiados pela Empresa BETA, focado na geração de trabalho e renda por meio de cadeias produtivas.

A região na qual se concentram os projetos de geração de renda se caracteriza por uma diversificada produção agrícola e, por consequência, diversas cadeias produtivas têm seus pontos de partida na região. O beneficiamento e a comercialização dos produtos acabados

quase sempre são feitos em outras regiões, o que permite que boa parte da riqueza produzida não permaneça no local.

O objetivo geral do projeto é fazer com que, por meio da qualificação tecnológica da produção agrícola, do fortalecimento do cooperativismo, da implementação de agroindústrias e da comercialização dos produtos direto para o consumidor final, integrando desta forma o setor primário, secundário e terciário, todas as cadeias funcionem na região, gerando mais oportunidades de trabalho e mais renda para sua população.

A Empresa BETA entende que as Cadeias Produtivas concentram as oportunidades mais completas para desafiar e realizar o potencial dos jovens, por meio de sua formação qualificada, com vistas à sua ocupação produtiva e à geração de renda digna. Cada cadeia produtiva tem como base empresarial-administrativa uma cooperativa, cuja constituição é fomentada, apoiada tecnicamente e fortalecida com vistas a assumir a responsabilidade pelo empresariamento da cadeia como um todo.

Dentre as cooperativas apoiadas pela Empresa BETA, selecionou-se para análise a Cooperativa ALFA, sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, fundada no dia 07 de novembro de 2004.

Constituída a partir da integração de 37 mini e pequenos⁴ produtores da região, a instituição conta hoje com um quadro social de aproximados 460 cooperados, dos mais diversos portes.

Concentra sua atuação na exploração de uma monocultura que é produzida pelos cooperados, industrializada por uma empresa parceira e comercializada, após o beneficiamento, pela própria cooperativa.

A Cooperativa ALFA tem como missão “oferecer ao Consumidor Final produtos alimentícios de alta qualidade certificada e a oportunidade de aderir direta e efetivamente na inclusão social relevante de famílias agrícolas”.

Conforme apresentado em seu Estatuto Social, a sociedade visa à promoção do estímulo, desenvolvimento progressivo e preservação de suas atividades sociais e econômicas

⁴Classificação realizada à luz das diretrizes normativas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins de enquadramento no crédito rural, que define que a classificação do porte do produtor rural é baseada em vários parâmetros, dentro os quais podem ser destacados como principais: receita bruta anual da propriedade ou propriedades que o produtor detenha a posse; número de módulos rurais - referente à área - destas propriedades e o número de empregados fixos que estas propriedades possuem.

de natureza comum, alicerçada na colaboração mútua dos associados, tendo como principais objetivos:

- a) produzir, beneficiar, padronizar, armazenar, industrializar, comercializar e distribuir, em comum, os produtos de seus associados, nos mercados locais, nacionais e/ou internacionais, registrando as marcas e licenças quando for o caso, bem como realizar expurgo de produtos agrícolas armazenados de associados ou terceiros;
- b) transportar, ou fazer transportar, sempre que possível, do local da produção para suas dependências e para indústrias, os produtos agropecuários de seus associados, e desta para aqueles, os produtos insumos e materiais que carecem;
- c) adquirir, para fornecimento a seus associados, bens de produção e outros necessários ao desenvolvimento da atividade agropecuária, inclusive artigos de uso doméstico e pessoal;
- d) proceder a produção de artigos destinados ao abastecimento dos seus associados, através de processos de transformação, beneficiamento, industrialização e embalagem;
- e) fazer adiantamentos em dinheiro, sempre que possível, sobre o valor dos produtos recebidos dos associados, ou que estejam em fase de produção;
- f) obter recursos para fazer face aos financiamentos de custeio agrícola, pecuário e de investimentos, para seus associados e/ou à própria Cooperativa, com recursos do crédito rural, de fundos constitucionais, de programas específicos e outros, liberados por qualquer agente financeiro e/ou de desenvolvimento, inclusive captados no exterior, bem como realizar operações no mercado de derivativos com objetivo de proteger as atividades operacionais, na medida em que for possível e que o interesse social o aconselhar;
- g) prestar serviços de assistência técnica e orientação ao associado (inclusive financeira e creditícia), vinculados ou não ao Crédito Rural, mediante convênios ou credenciamentos, quando necessários;
- h) realizar pesquisas e treinamentos que visem o aprimoramento tecnológico da atividade agropecuária;
- i) produzir e comercializar sementes e mudas;
- j) promover reflorestamentos para fins energéticos;
- k) terceirizar, arrendar ou fazer comodato de indústrias para beneficiar e industrializar os produtos agropecuários de seus associados.

Analisando o organograma atual da cooperativa observa-se a adoção de uma estrutura funcional horizontal e complexa e profissionalizada composição gerencial. Nesta a Assembleia Geral é órgão soberano da administração da sociedade e de acordo com o Estatuto (Art. 17) apto a “tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes”. Reúne-se em caráter ordinário e extraordinário.

A cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto de 07 membros, sendo 04 diretores executivos e 03 conselheiros vogais (Estatuto, Art. 32) e fiscalizados por um Conselho Fiscal constituído de 03 membros efetivos e 03 suplentes (Estatuto, Art.45), ambos eleitos por meio da Assembleia Geral Ordinária.

Ainda conforme o Estatuto cabe ao Conselho de Administração a identificação e contratação de um superintendente, responsável pela coordenação e integração de todas as ações administrativas e executivas da cooperativa, com poderes para praticar todos os atos necessários à consecução deste objetivo, em consonância com os objetivos sociais da instituição e respaldado pelo Conselho de Administração. (Art. 36).

Este superintendente é responsável pela contratação dos profissionais necessários para operacionalização da atividade fim da cooperativa. Neste sentido, o organograma da Cooperativa ALFA, conta com uma estrutura de apoio à superintendência formada por área comercial, administrativa-financeira, comunicação e informação, atendimento ao cooperado, assistência técnica, projetos e sistema da qualidade, além de 15 profissionais intitulados “assistentes educadores” responsáveis pelo acompanhamento técnico da lavoura junto aos cooperados e pela formação dos produtores para adequada gestão de suas propriedades.

O Estatuto também contempla como norma o planejamento estratégico, na forma de programa de ações anuais, elaborados pelo superintendente e submetidos ao Conselho de Administração.

A pesquisa avaliará o processo histórico de concepção do projeto e os critérios adotados para definição da cooperativa como melhor alternativa para integração dos produtores e fortalecimento da cadeia produtiva. Como norteador e balizador desta análise serão utilizados os Princípios Fundamentais do Cooperativismo.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão analisadas as diretrizes definidas no Projeto apoiado pela Empresa BETA para fortalecimento da Cadeia Produtiva ALFA. Embora os documentos avaliados façam referência detalha às diretrizes definidas para os três setores da cadeia, a presente pesquisa focará apenas no setor primário no que tange à implantação da cooperativa, à luz do embasamento teórico da pesquisa.

É importante ressaltar que o Projeto foi implantado em duas etapas. A etapa inicial foi construída a partir de uma visão com forte cunho empresarial privado a partir da Join Venture estabelecida entre empresas do segmento agrícola (meados de 2001 até 2003). Nesta primeira versão o agricultor assumia o papel exclusivo de fornecedor de matéria prima para a indústria, ao tempo que participava como acionista minoritário da mesma. Para tal foram mobilizados atores das esferas pública, privada e terceiro setor.

Na segunda etapa, a Empresa BETA assume a operacionalização direta do Projeto e busca integrar as premissas do mesmo com aquelas definidas para outros dois projetos de fortalecimento de cadeias produtivas em implantação na mesma região. Estas premissas podem ser sintetizadas da seguinte forma: “o fornecedor de matéria prima para a indústria é a Unidade-família – que produz com tecnologia e qualidade, e esta mesma é ligada a uma Cooperativa, que é a proprietária da indústria. Desta forma há uma geração de renda no campo (a partir da produção tecnificada) e a disponibilização de mais uma fonte de renda, que é a participação nos resultados da produção industrial – que em suma é a valorização do **Capital Produtivo**. O processo é concluído com a integração de um Parceiro Social, que se responsabiliza pela compra da totalidade dos bens produzidos. “[...] Assim, cria-se um ciclo virtuoso de geração de trabalho digno e remuneração decente – com responsabilidade social e ambiental; resultando no desenvolvimento regional integrado e sustentável”.⁵

O Plano de Ação que define as estratégias para implantação da Cooperativa ALFA foi concebido em meados de 2001, contemplando um horizonte de sete anos (2001-2008). Conforme elucida a versão original do projeto, o objetivo geral do mesmo é produzir e agregar valor à matéria prima produzida, em sua área de abrangência, de forma diferenciada e com alta rentabilidade, por meio da integração, em uma cadeia produtiva, dos setores

⁵ Citação extraída do documento Análise de Estrutura da Cadeia Produtiva “Alfa”, elaborado em 2005.

primário, secundário e terciário, por meio do uso de modernas tecnologias que garantam alta produtividade a todos os setores.

O Plano embora descreva em detalhes os objetivos e metas para o setor primário numa visão microrregional, não apresenta informações significativas quanto aos critérios adotados como norteadores para a identificação e decisão do modelo cooperativista enquanto alternativa de integração dos produtores.

Conforme elucidado no item Premissas e Estratégias do documento, a decisão foi resultado de um entendimento da gerência que concebeu o Projeto. Abaixo, são destacados os trechos do referido documento que fazem referência à constituição da cooperativa:

A partir do exposto, a [...] decidiu em reunião de diretoria:

- [...]
- [...]
- [...]
- liderar o processo de formação de uma cooperativa de produtores de [...], estratégica na consolidação da Cadeia Produtiva.

2.2.1 Produção Agrícola:

2.2.1.1 Vertentes:

- Formação da base agrícola inicial – implantação de 300 ha de (...); e,
- Formação de uma cooperativa de produtores de [...]. [...] **deverá liderar a Cooperativa** a ser formada na elaboração de projetos e obtenção de financiamento para adequação das lavouras existentes e plantio de novas áreas; [...].

Tendo em vista os excertos supra percebe-se uma intervenção direta dos idealizadores do Projeto na concepção e implantação da cooperativa. Tendo em vista a riqueza de detalhes no que tange a aspectos técnicos da agricultura versus a operacionalização do setor secundário, percebe-se a forte influência dos interesses privados em detrimento dos interesses comunitários.

O mesmo documento relaciona como etapas para a criação da cooperativa a realização de sensibilização, mobilização, seleção de produtores, formação da cooperativa e preparação dos cooperados para a obtenção de financiamento com vistas à implantação de áreas de cultivo, porém, sem detalhar o que compõe cada etapa. No entanto, o mesmo não contempla a apresentação e validação do Projeto junto ao público beneficiário, sendo a primeira etapa da implantação a sensibilização destes atores para ingresso no Projeto em conformidade com a estratégia de ação já definida. Ou seja, não foram consideradas neste processo as necessidades

e anseios da comunidade local, bem como a possibilidade de não existir o interesse dos mesmos em participar do Projeto.

A confirmação do contexto elucidado é fortalecida no detalhamento das estratégias e metas referentes à mobilização comunitária e implantação da cooperativa evidenciados no documento intitulado Programa de Ação 2001-2002 da área do projeto denominada “Formação da Cooperativa”. Nele estão contempladas as informações relacionadas à aproximação com as comunidades inseridas na microrregião, instrumentos e técnicas de mobilização comunitária com vistas a recuperação, ampliação ou implantação de lavouras e formação da cooperativa.

Para facilitar a análise da estratégia definida pelo projeto com vistas à implantação da cooperativa, estas foram classificadas em 5 etapas, utilizando como referencia os Programas de Ação 2001 – 2002 e os relatórios de acompanhamento, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 - Levantamento das associações e cooperativas já existentes na área de abrangência do Programa - conforme elucida o Programa de ação, esta etapa tinha um tempo médio previsto de dois meses entre seu início e conclusão. Porém sua realização se deu em aproximados cinco meses, tendo sido identificadas 37 associações de pequenos produtores e uma cooperativa, ainda em formação. O objetivo da ação era o mapeamento das entidades representativas dos agricultores, com vistas à identificação das lideranças locais, de forma a promover aproximação com estes líderes comunitários, apresentar o programa e sua proposta de desenvolvimento rural e possibilitar a incursão da equipe técnica do projeto na comunidade identificando produtores e potenciais produtores. Esta etapa inicial contou com a participação das organizações oficiais de assistência técnica agrícola locais;
- Etapa 2 – Conquista dos produtores já existentes na região – identificação dos agricultores que já possuíam em suas propriedades plantios da cultura estimulada pelo projeto na região, visando à adesão dos mesmos tanto para participação no projeto, como na cooperativa a ser formada. Foram mapeados 266 produtores e 1200 hectares de áreas pré-existentes ao projeto. No geral, conforme elucida um relatório analisado, com densidade por m² inadequada, deficiência de nutrientes e baixa produtividade. Esta estratégia apresenta-se fortemente vinculada ao planejamento do setor secundário do projeto e ao

incremento produtivo das lavouras, a partir da transferência de modernas tecnologias de produção, assistência e acompanhamento técnico;

- Etapa 3 – Sensibilização e mobilização comunitária nas associações/cooperativas sobre a cultura objeto do projeto – através do apoio e influência dos líderes comunitários locais foram realizadas, com os produtores agrícolas da região, sucessivas reuniões para apresentação da proposta do projeto para fortalecimento da Cadeia Produtiva. Com base nos documentos que sistematizavam a reunião, o roteiro tinha a seguinte abordagem metodológica: 1) dinâmica de grupo; 2) apresentação das intenções do projeto para os três setores da cadeia produtiva; 3) informações e simulações dos resultados econômicos do agronegócio; 4) Formação da cooperativa 5) Assinatura de manifesto de interesse para participação no projeto. A meta estipulada para recuperação e estímulo à implantação de novas áreas nos dois primeiros anos do projeto era de 1500 ha e cerca de 400 cooperados, entre micro e pequenos produtores;
- Etapa 4 - Cadastro dos produtores e agricultores por associação previamente interessados na implantação da cultura em suas propriedades – etapa que visava identificar as demandas de financiamento junto a cada agricultor com vistas a garantir as condições necessárias ao acesso às linhas de crédito oficiais disponíveis para micro e pequenos produtores;
- Etapa 5 – Seleção dos potenciais cooperados e implantação da cooperativa – após realização das etapas anteriores, previa-se a realização de oficinas de sensibilização dos produtores para formação da cooperativa. A meta definida para implantação da cooperativa era abril de 2002.

Conforme descrito no programa de ação, esta etapa seria realizada entendendo-se que:

A cooperativa de produtores [...] emergirá do fomento da ideia pela [...], mas, essencialmente, da mobilização dos produtores em torno da causa. Isto porque, a eficácia e eficiência das ações a serem realizadas só atingirão os resultados esperados, a partir do momento que os produtores absorverem e internalizarem a missão da formação da cooperativa como deles e se sentirem fortes para implementar mudanças, percebendo a [...] como uma de suas maiores parceiras e buscando estabelecer novas parcerias.

Para a seleção dos potenciais produtores e cooperados foi definido um conjunto de critérios técnicos e socioeconômicos para servirem de referencial para a equipe técnica, conforme elucida o quadro abaixo:

QUADRO 5 – PERFIL DO PRODUTOR IDEAL

CRITÉRIO	JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
Grau de instrução mínimo: Primário completo	Permite ao produtor o controle de sua área (receitas, despesas, produção – anual e mensal, etc), e bom desempenho técnico, possibilitando a real absorção e assimilação das informações e conteúdos que serão apresentados nas oficinas e cursos, visando garantir a qualidade da produção como um todo.	Esta escolaridade só será desconsiderada caso o produtor tenha filhos, que ajudem na manutenção da propriedade, e que já tenham a formação mínima.
O produtor deverá residir em sua propriedade	Garantir que o pequeno produtor acompanhe e controle, com responsabilidade e compromisso, todo o processo de produção, assim como a qualidade dos resultados obtidos	Em caso de médios produtores, só poderá abrir exceção, caso a propriedade possua um administrador realmente comprometido com a mesma
Média de seis filhos por família	Para que a cultura represente um impacto econômico significativo na vida do produtor, faz-se necessário haver equilíbrio na constituição de sua família nuclear.	O ideal é que 40% desses filhos estejam numa faixa etária que permita que os mesmos apoiem na manutenção da propriedade, conferindo assim o perfil de unidade familiar produtora
Compromisso e responsabilidade	A cultura para obter bons resultados, além das exigências técnicas, depende de cuidados e atenção por parte do produtor	Uma das formas através da qual está característica poderá ser constatada é observando a qualidade e estrutura de conservação dos demais plantios existentes na propriedade
Capacidade para obter financiamentos	Possibilitará que o produtor possa investir na sua área e implantar o agronegócio	
Renda mensal mínima: um salário-mínimo	Possibilitará que o cultivo represente um complemento à renda familiar e não sua atividade principal ou única.	Embora esta característica seja considerada ideal, não se delineará como uma exigência, uma vez que a realidade micro regional não permite.
Frequência mínima de 90% das oficinas e cursos de capacitação técnica	Estas atividades contribuirão e influenciarão diretamente na qualidade dos plantios e na força da cooperativa;	Item de caráter eliminatório.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Programa de Ação (2001/2002) disponibilizado pela Empresa BETA.

Dentre os documentos analisados, o único que fazia referência de forma sintética a uma justificativa a constituição da cooperativa foi o Programa de Ação 2002, anteriormente citado, no qual destaca-se:

A formação de uma cooperativa configura-se como uma oportunidade de crescimento econômico e social para os pequenos e médios produtores e suas famílias, potencializando as forças destes atores e contribuindo para o desenvolvimento da região.

Para implementar o negócio, desenvolver-se-á ações que possibilitem a **sensibilização, motivação e envolvimento** de uma média de 1500 produtores em torno do agronegócio [...].

No entanto, a participação dos produtores no projeto não se limitará à inserção na cooperativa, mas sim numa Cadeia Produtiva da qual serão partícipes de todo o processo, uma vez que a sua integração à cooperativa será executada no escopo de acionista da [...].

Analisando o projeto e suas fases de implantação, conforme pode ser observado nos programas de ação anuais e nos relatórios de progresso emitidos pelas diversas áreas que compunham o projeto (administrativo financeiro, agrícola, formação de cooperativa ou social), tem-se que:

- a) O primeiro ano do projeto (2001 – 2002) foi marcado pela execução das etapas 1, 2 e 3, acrescida da articulação com Ministérios para viabilização de um banco de sementes para serem disponibilizadas aos produtores integrados ao projeto;
- b) O segundo ano (2002-2003) foi focado na execução das etapas 3, e 4, acrescido de forte articulação institucional, seja com o poder público em suas diversas instâncias, organizações sociais, instituições privadas, organismos de assistência técnica agrícola, instituições financeiras e universidades. Conforme observado nos relatórios técnicos, parte significativa da estratégia de implantação de novas áreas não obteve êxito, tendo em vista os processos burocráticos para liberação de financiamentos, mesmo tendo sido viabilizado o banco de sementes já citado;
- c) O terceiro ano (2003-2004) foi marcado por alterações nas estratégias de condução do projeto, substituição das lideranças envolvidas no processo e foco na viabilização da estrutura agrícola necessária à realização dos plantios;
- d) O quarto ano (2004 – 2005) é marcado pela articulação de um grupo de 37 produtores de diferentes perfis econômico-sociais para a constituição da cooperativa, fundação da mesma em novembro de 2004 e viabilização de todos os processos relativos ao seu funcionamento;

e) O quinto ano (2005-2006) conta com novas mudanças gerenciais na condução do projeto, início da ação comercial pela cooperativa com a comercialização da matéria prima produzida pelos cooperados, ampliação do quadro social que atingiu ao final deste ciclo 180 cooperados, implantação de estratégias de educação e formação cooperativista, visando desenvolvimento, criação da cultura e preparação dos cooperados para a execução do papel de gestores da cooperativa e articulação com indústrias para agregação de valor à matéria prima.

Tendo em vista que a pesquisa se propõe a avaliar os critérios de tomada de decisão para a constituição da cooperativa, a legitimidade dos mesmos e os processos que envolvem esta implantação e, considerando recorte temporal definido, a descrição das concentrações do projeto por ano n ao quinto não ultrapassará o quinto ano.

Resgatando o processo histórico de implantação do projeto percebe-se que o mesmo foi concebido exclusivamente no âmbito empresarial privado, sem qualquer participação social ativa na concepção do mesmo e na estratégia de implementação.

Compreende-se a participação social como a inclusão consciente e ativa de indivíduos, grupos ou organizações em ações sociais e políticas diretamente relacionadas com os seus interesses ou com o interesse das coletividades, de forma a garantir o seu “empoderamento” junto às instâncias de poder e maior controle sobre as decisões que comprometem a sua vida. (NEUMANN, 2004; SEN, 2000).

No caso do Projeto em análise, a sua concepção se deu a partir do conhecimento que os especialistas envolvidos detinham acerca da região, das tendências de mercado e dos potenciais de desenvolvimento local à luz de experiências desenvolvidas em outras regiões, sendo a inclusão comunitária realizada posteriormente, não mais com um sentido de inclusão e “empoderamento”, mas assumindo um caráter de persuasão e convencimento populacional das “verdades” definidas no âmbito empresarial do que é melhor para o fortalecimento comunitário. Embora, algumas partes dos documentos analisados, tais como a transcrição de partes do Programa de Ação 2002 realizada anteriormente elucidem uma concepção teórica mais alinhada com os processos de construção participativa, a prática relatada nos relatórios de acompanhamento de progresso do referido ano evidenciam a realização de oficinas de “sensibilização” nas quais eram transmitidas as ideias concebidas no Projeto e de “mobilização” dos agricultores para adesão ao mesmo.

Neste sentido, a decisão pela definição de cooperativa como sendo a forma de organização mais adequada para viabilizar a atividade econômica objeto do projeto, em consonância com o perfil dos beneficiários, as suas necessidades e interesses e com a realidade local, não partiu da definição de critérios embasados no conhecimento do cooperativismo.

Uma das tendências do Investimento Social Privado é a alocação de recursos de forma estratégica e o resgate das comunidades como espaço de realizações. A comunidade sempre foi e continua sendo um lugar de práticas, onde está depositado o conhecimento dos recursos e talentos locais. Diante disso, mesmo as instituições tendo assumido o papel de intermediadora de desenvolvimento, em função da necessidade de se especializar alguns conhecimentos, ela não representa um fim em si mesma. Seu papel é contribuir para o desenvolvimento social facilitando e qualificando a atuação dos ativos locais enquanto protagonistas. (NEUMANN, 2004).

Assim sendo, a comunidade se configura como uma instância superior dentro do espaço de intervenção e detentora de poder que lhe garante autoridade para legitimação de processos e instituições. Observa-se no caso em estudo que nem o planejamento, nem a definição dos critérios de implantação da cooperativa foram construídos com a participação e por deliberação comunitária, não sendo previamente legitimados por esta instância. A abordagem se deu muito mais no sentido de estimular a aderência comunitária à estratégia pré-definida, no sentido da conquista de adeptos a estas decisões.

Zamora (2007) em seu artigo sintetiza a ideia geral abordada nos parágrafos anteriores:

Para Hernández (1994), existem três dimensões básicas da participação social ativa: 1. ser parte, no sentido do pertencimento; 2. ter parte [tener parte, no original em espanhol], significando ter algo a dizer, a oferecer e a receber e 3. tomar parte – ter uma atuação crítica. Isso reforça o pressuposto básico de que a população local é a protagonista legítima de qualquer projeto ou de qualquer mudança política que diga respeito à sua vida, cabendo aos técnicos e especialistas apenas a facilitação das condições de auto-análise e autogestão, ou seja, dos processos de discussão e resolução dos seus problemas (BAREMBLITT, 1992).

A participação ampla implica que os beneficiados opinem e decidam em qualquer etapa e aspecto da iniciativa, de seu desenho, de sua implantação. Via de regra, as comunidades não participam da elaboração dos projetos que visam beneficiá-las e que envolvem suas vidas. Pergunta-se à população como fazer, mas já se leva pronto o que fazer. Em geral, as populações não participam, nem direta nem indiretamente, da proposta inicial de intervenção, de seu esboço, levado aos financiadores.

Esta postura diante de uma proposta de desenvolvimento socioeconômico com bases cooperativas, por mais instrumentalizados e tecnicamente convencidos da viabilidade da organização estejam os responsáveis pela condução do projeto, ao menos, a decisão final deve ser submetida ao crivo da comunidade, uma vez que esta se configurará como dono, cliente e usuário do empreendimento proposto, fator que exige uma série de elementos previamente arraigados às concepções de vida destes atores com vistas ao sucesso e continuidade da empresa.

Conforme elucidado Lordelo (2001) os processos decisórios comunitários devem ser construídos coletivamente em assembleias que garantem legitimidade e comprometimento do indivíduo com uma causa. Mesmo concordando com o autor que em processos decisórios relacionados à gestão empresarial, frente à falta de qualificação que envolve muitos líderes comunitários, estas devam ser tomadas pelos técnicos especialistas, em detrimento da legitimidade social que é conferida à comunidade, no entanto, em se tratando de estímulo ao cooperativismo este fórum não pode ser descartado. Este argumento se justifica, inclusive, por meio de argumentação do próprio autor quando evidencia a complexidade das experiências comunitárias de produção, principalmente quando estas mantêm atividades paralelas simultâneas, seja para garantir a sobrevivência seja por descrença na proposição. A relação do indivíduo com o projeto tende assumir um caráter de segundo plano e indiferença.

Ainda focando a análise na fase que antecede à implantação da cooperativa, percebe-se que o planejamento não prevê a possível influência de elementos externos que afetem e/ou inviabilizem algumas estratégias e prazos definidos.

No entanto, os relatórios estudados revelam muitas situações que comprometeram as estratégias de implantação da cooperativa. Dentre eles, destaca-se:

- a) O descrédito da população em iniciativas privadas, tendo em vista um número significativo de experiências não exitosas, pautadas em promessas de mudança de vida não concretizadas e, em sua maioria, interrompidas abruptamente e sem explicações;
- b) Ausência de cultura associativista nas comunidades, tendo em vista o histórico da região e as culturas permanentes cultivadas que não incentivavam a prática do trabalho coletivo. Em diagnóstico realizado no projeto em 2002, visando conhecer o perfil das associações enquanto instrumentos de agregação e fortalecimento dos agricultores foi verificado que mais de 80% das associações foram criadas visando o acesso ao crédito rural, estando sua permanência e dissolução vinculado ao alcance ou

não deste objetivo. Ou seja, caso os agricultores não conseguissem acessar o crédito ou após conseguirem o acesso, a manutenção da dinâmica da associação desaparecia.

Conforme elucidado Sérgio Buarque de Holanda (2004) a insuficiência demonstrada por muitos movimentos sociais e organizações de representação coletiva é consequência do fraco associativismo decorrente da origem personalista da sociedade brasileira. SOUZA (1999, p. 33) reitera “a falta de vínculo associativo horizontal, que possibilite as constelações de interesses de longo prazo, passa a ser percebida como a causa fundamental do nosso atraso social”. Assim sendo, a “ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer” (CARVALHO, 2002, p. 223).

c) Descrença da população na viabilidade econômica das cooperativas, em função de diversas organizações implantadas na região e que, além de não lograrem êxito, atendiam aos interesses de uma minoria, em detrimento dos demais que eram inseridos no processo visando atender a prerrogativa legal para constituição da empresa de no mínimo 20 pessoas. Com isso, a ausência das comunidades a ideia da cooperativa foi muito baixa. Os produtores optavam por esperar acontecer para depois aderir.

Conforme observado em relatório técnico elaborado no início de 2004, tendo em vista este último fator relatado que inviabilizava a constituição da cooperativa e, mesmo a Empresa BETA contando com amplo reconhecimento comunitário em função das ações continuadas implantadas na região, a equipe gerencial decidiu pela mudança de estratégia na mobilização dos produtores com este fim. Com isso, a partir do conhecimento da equipe técnica do perfil dos produtores integrados ao projeto, decidiu-se pela seleção daqueles que depositavam maior credibilidade e confiança nos propósitos do mesmo, para compor o grupo que constituiria a Cooperativa ALFA. Associado a isto foi acordado com os produtores o compromisso de apoio na constituição da estrutura de gestão, garantia de capital de giro para as ações iniciais da cooperativa, investimento em estrutura física, assistência técnica sem ônus e agregação de valor ao produto por meio do beneficiamento da matéria prima contando com a parceria de uma indústria local. Ademais a garantia não só da equipe técnica a serviços dos cooperados, mas também de profissionais de diversas áreas do conhecimento para apoiar na estruturação e condução dos processos administrativos.

Têm-se aqui as referenciadas limitações apresentadas por Lordelo (2001) e que podem ser observadas em muitos projetos sociais no que tange à imposição de prazos rígidos para o andamento da intervenção comunitária, sem considerar os tempos, ritmos e processos concretos vivenciados nos processos de mudança social. Conforme o citado autor elucida, a gestão do projeto apresenta maior ansiedade com a eficiência e controle do que com a efetividade, flexibilidade e aprendizado.

Considerando o perfil imediatista natural de comunidades submetidas a situações de vulnerabilidade social, a implantação de intervenções significativas e que modifiquem a sua dinâmica social, associadas a vultosos benefícios, mesmo que coletivos, geram grandes expectativas e tendência à valorização dos meios e não do fim ao qual se propõem os processos, tendendo a comprometer o curso da ação frente a qualquer adversidade e mudança de ritmo.

Em se tratando de cooperativas, a construção das motivações deve estar relacionada a resultados impactantes, mas num horizonte de médio a longo prazo. O seu período inicial é normalmente marcado por grandes esforços e sacrifícios por parte dos seus fundadores, no sentido de conquistar as condições para realização do seu objetivo social (servir ao quadro social) e se consolidar no cenário econômico.

A constituição de uma cooperativa é uma das fases de suma importância para que a organização logre êxito, uma vez que requer a participação de indivíduos comprometidos com a realização de objetivos em comum. Conforme orientações da OCEB é importante que antes da sua constituição, os seus futuros sócios estejam conscientes da sua realidade enquanto indivíduo, do seu papel na sociedade e do seu real interesse e necessidade de se organizar, devendo-se verificar e responder algumas questões previamente:

- 1) Existe a necessidade de constituição de uma cooperativa ou outro tipo de organização atenderia a nossa necessidade?;
- 2) Os indivíduos envolvidos estão realmente interessados neste empreendimento?;
- 3) Existe mercado que absorva no curto ou médio prazo os produtos e/ou serviços que serão oferecidos?;
- 4) Há número suficiente de interessados para fundar a cooperativa e torná-la viável? (mínimo de 20 pessoas).

Superada esta etapa e tendo sido respondidas afirmativamente todas essas questões, é importante que o grupo se movimente no sentido de investigar o que de fato é uma

cooperativa, sua legislação e elementos necessários para o seu funcionamento. É importante, inclusive, trocar experiências e informações com cooperativas do mesmo ramo e se apoiar em instituições experientes para elaboração de estudo de viabilidade econômica do empreendimento coletivo. É importante também identificar cooperativas do mesmo ramo para que possam trocar experiências e informações. Uma outra etapa importante é a elaboração do Estatuto Social, que deve contar com a participação ativa dos futuros sócios que deverão analisar e contribuir em todas as partes constitutivas do documento.

A relevância destas etapas reside no fortalecimento dos processos de participação, na construção das representações, no protagonismo comunitário, fortalecendo as relações de poder e legitimação tanto do atores como da própria cooperativa em formação. As evidências registradas nos relatórios revelam que nenhuma das etapas supracitadas foi cumprida para a constituição da Cooperativa ALFA, sendo as seguintes evidências extraídas dos documentos avaliados:

Reunião no dia 22/09/04 no [...], com a participação de cerca de 10 produtores parceiros da Cadeia Produtiva [...], visando avaliar o interesse na formação de uma cooperativa (Cf. Súmula Semanal de acompanhamento - 13 a 17092004).

Foi realizada a 1ª reunião com produtores parceiros visando a formação de uma Cooperativa. Um novo encontro está agendado para o dia 17/10/04 no intuito de elaborar uma minuta de Estatuto Social (Cf. Relatório de acompanhamento mensal do projeto de Setembro de 2004).

Aprovado o Estatuto Social e definido os membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Educativo na reunião realizada em 24/10/2004 para a formação da Cooperativa [...], envolvendo 64 produtores. (Cf. Súmula Semanal de acompanhamento – 18 a 24102204).

A Cooperativa [...] já está com seu Estatuto Social aprovado e membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e Educativo definidos. Realizar-se-á no dia 07/11/04 a Assembleia de Constituição com a participação de pelo menos 60 produtores. (Cf. relatório de acompanhamento mensal do projeto de outubro de 2004).

Observa-se que as etapas que antecederam a constituição da cooperativa contaram com a mobilização de pequenos grupos. Uma contradição evidenciada nos documentos é que embora a etapa de elaboração da minuta do Estatuto seja citada como tendo sido construída com a participação dos potenciais cooperados, verificou-se na Ata da reunião do 17/10/04 que foi apresentada pela equipe técnica do Projeto uma minuta previamente elaborada à luz do Estatuto Social de uma grande cooperativa agrícola do sul do país. Esta minuta foi aprovada pelo grupo.

Referente à fundação da cooperativa, encontrou-se a seguinte registro:

Constituída a Cooperativa [...] em Assembleia realizada no dia 07/11/04 com 38 cooperados e participação de aproximadamente 130 pessoas. Novos produtores irão ingressar assim que estiverem com a documentação regularizada. (Cf. Súmula Semanal de Acompanhamento – 01 a 07112004).

Observa-se que os três primeiros meses de existência da cooperativa contaram apenas com a realização dos processos de legalização da instituição e reuniões mensais do conselho.

Neste período se deu nova alteração dos gestores do projeto, como parte do entendimento da alta gerência da Empresa BETA da necessidade de correção dos rumos do processo, tendo em vista ao baixo reconhecimento do papel da cooperativa pelo quadro social, a dificuldade de mobilização de novos sócios, independente das questões relacionadas a regularização documental evidenciada na citação acima e da ausência de elementos que revelassem a identidade deste modelo de organização em conformidade com os princípios cooperativistas. Evidenciava-se apenas a prática do princípio da adesão livre e alguns elementos da gestão democrática, tendo em vista o papel assumido pela equipe técnica do Projeto na cooperativa.

Este reordenamento dos processos foi marcado por forte impacto junto aos cooperados, uma vez que os acordos concernentes à viabilização da cooperativa ainda não haviam sido cumpridos e o técnico de referência estava sendo substituído. Tendo em vista a legitimidade da Empresa BETA junto aos cooperados, construída a partir do reconhecimento de suas práticas sociais comunitárias de caráter continuado e do seu compromisso em contribuir com o desenvolvimento do local, criou-se uma situação favorável a estas mudanças, associada ao reconhecimento e credibilidade do novo gestor frente à comunidade e aos cooperados, o que deu condições para a continuidade das ações com vistas ao cumprimento dos objetivos aos quais o projeto se propunha.

Analisando as fichas de cadastro dos cooperados, observou-se que só houve novas adesões à cooperativa no final de 2005, com o ingresso em 06/11 e 14/12 de 25 e 38 sócios respectivamente, resultando na ampliação do quadro social para um efetivo de 100 cooperados.

Dentre as principais causas registradas nos documentos para a resistência dos agricultores, evidencia-se:

A experiência negativa vivenciada em uma cooperativa da região influência na decisão do produtor (Cf. documento “01 Relatório SAC 21122005”).

Durante os dois dias de diálogo com os produtores de [...] do [...], percebemos a preocupação quanto ao envolvimento dos produtores em qualquer entidade. Nos depoimentos colocaram a descredibilidade em “pessoas” que chegam em suas comunidades mostrando uma realidade jamais vivenciada por eles, por esse motivo estão saturados de conversas alheias e que não cumprem o prometido (Cf. Relatório de Campo equipe de Atendimento ao Cooperado emitido em 14/11/2005).

Os produtores também estão muito preocupados com relação ao preço oferecido pela [...], por causa das alíquotas que serão integralizadas. Mas estão dispostos a fazerem parte do quadro social de cooperados da [...], para que possam agregar valor ao seu produto e desde que a [...] os apoie na recuperação de seus plantios, dando assistência técnica, fornecendo os adubos necessários e formação/informação sobre novos tratos para o palmito. É desejo dos produtores conhecer a proposta, porém sua integração á [...], dar-se-á mediante a partir das explanações e capacitações.

Com a ampliação do quadro social realizada após esta fase de transição foram implantados mecanismos de controle e acompanhamento do quadro social complementares ao instrumento formal de adesão à cooperativa. Um destes instrumentos, denominado “Questionário de Inclusão Qualificada” tinha por objetivo conhecer o perfil socioeconômico do cooperado. A análise do questionário foi focada apenas na pergunta final em função da relevância para esta pesquisa, sendo ela: “Qual a sua expectativa de futuro com a Cooperativa ALFA?”.

No que tange às expectativas do cooperado com relação à cooperativa, a avaliação dos questionários mostrou que os cooperados criaram grande expectativa de alto retorno financeiro com o agronegócio e com as atividades da cooperativa e percebiam a equipe técnica e gerencial do projeto como agentes capazes de resolver seus anseios, necessidades e problemas imediatos, por meio de mecanismos assistencialistas e paternalistas. Dentre os principais retornos de curto prazo, evidenciava-se: fornecimento gratuito de insumos e material botânico para implantação ou ampliação de suas áreas, compra e fornecimento de equipamentos agrícolas, agregação de valor à matéria prima com recursos diretos do projeto e realização do transporte da matéria prima para os compradores sem ônus para o produtor.

Alguns comentários explicitados pelos produtores:

“É indispensável a Cooperativa”.

“Precisamos integrar forças, adquirir insumos, transportes com melhores preços”.

“As cooperativas do norte-nordeste tendem a fracassar”.

“No Sul/Sudeste as cooperativas funcionam e tem sucesso”.

“Estímulo à rentabilidade e produtividade da cultura”.

“Estatuto Social forte – Bem estruturado”.

“É preciso união, organização e profissionalização”.

Os cooperados revelaram também pouco conhecimento a respeito dos objetivos sociais da cooperativa e do próprio movimento cooperativista. Isto pode ser observado a partir de diversas expectativas, tais como: receber benefícios exclusivos das relações trabalhistas, revelando a visão da cooperativa enquanto sua empregadora; maior capacidade de pagamento pela cooperativa por sua matéria prima, entendendo a instituição como compradora direta dos seus produtos; diminuição e/ou extinção dos descontos realizados sobre a distribuição de resultados financeiros pós venda comum de produtos, referentes a integralização de capital social.

Quando analisadas as respostas dos produtores em fase de adesão à cooperativa, observa-se que as expectativas mais recorrentes nas falas destes, explicitadas com um caráter de condicionantes à adesão, se referem à possibilidade de agregação de valor ao produto e apoio da Cooperativa ALFA na recuperação dos plantios, fornecimento de insumos (adubo) e transferência de tecnologia de cultivo. Nestas, também, percebe-se claro desconhecimento dos mesmos sobre a função da cooperativa.

Considerando este cenário e visando incentivar e promover a participação do cooperado, difundir os princípios cooperativistas e promover a formação continuada do quadro social, a equipe técnica do projeto implantou um setor específico para tratar destas questões. Foram firmadas parcerias com órgãos representativos do movimento cooperativista, visando suprir estas demandas e fortalecer o quadro social.

À medida que as iniciativas descritas eram operacionalizadas, percebe-se nos registros realizados nas Fichas de Acompanhamento Social, nos Relatórios de Capacitação e Atas do Comitê de Cooperados o fortalecimento dos Princípios Fundamentais do Cooperativismo: Gestão Democrática, Participação Econômica e Educação, Formação e Informação, tendo em vista que as colocações dos cooperados demonstravam que estava se tornando cada vez mais

claro para eles o seu papel enquanto ator social habilitado a contribuir nas soluções dos seus problemas e da sua comunidade. Evidencia-se também nestas falas o desenvolvimento da noção de que o Quadro Social organizado estaria apto a construir o seu futuro e o futuro da cooperativa e o reconhecimento da importância do uso de instrumentos de planejamento estratégico e coletivo para nortear a visão de futuro do negócio. Demonstravam também maior domínio dos seus direitos e deveres enquanto cooperados, a consciência da necessidade de se preparar para assumir papéis gerenciais na instituição, tendo em vista a autogestão e o reconhecimento da importância da sua participação ativa na condução dos processos, com vistas a garantir a sustentabilidade do negócio.

Por outro lado, nota-se nos documentos analisados e nas falas dos cooperados uma forte influência da equipe técnica do projeto, nas decisões referentes à implantação e direcionamento de processos gerenciais, administrativos, econômicos e sociais, além de forte dependência econômica dos recursos aportados pela Empresa BETA para a manutenção das suas obrigações operacionais. Infere-se que isto tanto potencializava a capacidade de influência direta da equipe técnica nas decisões gerenciais, provocava retrocessos no aprendizado dos cooperados no que tange à sua capacidade de transformação de sua própria realidade e comprometia diretamente um dos Princípios Cooperativistas mais basilares do movimento: Autonomia e Independência. Conforme elucida a ACI (1998, p.67-68 apud ANJOS, 2005, p.33):

O cooperativismo fundamenta-se na visão doutrinária, harmonizando o econômico com o social. Os valores e os princípios do cooperativismo, estando presentes nas operações empresariais, proporcionam uma fisionomia peculiar e diferente a estas empresas [...]. A cooperativa necessita assegurar sua viabilidade econômica, sua sustentabilidade como empresa e suas opções de crescimento, como qualquer outro empreendimento empresarial, mas, isto assegurado, ela se rege pelo critério de custos em operações com os associados e pela competitividade e maximização de resultados em operações com não-associados.

No entanto, vale ressaltar que o tema da dependência financeira da cooperativa e o comprometimento do referido Princípio envolve muitas questões complexas e o seu detalhamento tiraria o foco da pesquisa dos objetivos aos quais ela se propõe. Ademais, considerando as estratégias deste ISP e o seu desdobramento ao longo dos anos, atrelado à situação atual da Cooperativa ALFA, exigiria um estudo mais aprofundado, visando a evitar avaliações empíricas e mal fundamentadas.

Quando questionados por meio das visitas de acompanhamento social sobre a sua compreensão a respeito do significado e da importância da cooperativa na mudança da sua realidade local, os cooperados destacaram como principais indicativos de mudança os fatores relacionados ao desenvolvimento de uma visão de futuro para si e seus familiares através da agricultura; a possibilidade de viver dos resultados gerados exclusivamente desta atividade; o retorno para a região de agricultores e/ou filhos destes em função das novas oportunidades de desenvolvimento; promoção de maior união entre os agricultores. Além destes indicativos de mudança, outros relacionados ao âmbito cooperativista foram evidenciados, tais como maior flexibilidade, valorização do trabalho, compreensão do outro e respeito às decisões como geradores de um clima comunitário mais favorável.

Observa-se que não houve respostas que evidenciassem mudanças negativas ou cooperados que não houvessem percebido mudanças, mesmo que em pequena escala.

Desse modo, as evidências permitem supor que mesmo sem o domínio da filosofia cooperativista pelos cooperados, a cooperativa conseguiu criar oportunidades e condições que favoreceram o desenvolvimento dos atores envolvidos e que contribuíram para o reconhecimento da instituição enquanto veículo gerador de mudanças.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais a sociedade requer das empresas um posicionamento enquanto corresponsáveis pelo desenvolvimento social. Isto tem levado as organizações a incluírem o investimento social e as ações responsáveis, não mais como uma questão desconectada do seu negócio e implantada para cumprir requisitos legais, mas sim como eixo condutor das suas práticas e pautado em bases sustentáveis.

Uma das alternativas encontradas pelas empresas para gerar impactos significativos nas comunidades, contribuindo diretamente na transformação das condições de vida das comunidades e na potencialização dos resultados desta intervenção é o investimento em projetos de geração de renda com foco no cooperativismo.

Nota-se que desde o seu surgimento o cooperativismo tem se revelado capaz de se adaptar a diferentes realidades e se constituir como alternativa de trabalho e renda em comunidades de alta vulnerabilidade social e excluídas do sistema produtivo, porém conservando a sua essência que é balizada pelos valores da ajuda mútua, solidariedade, equidade, democracia, responsabilidade, honestidade, solidariedade, igualdade e transparência. A atuação de uma cooperativa constituída a partir de bases sólidas, num âmbito microrregional, tende a promover expressivo desenvolvimento local, tornando-a agente de transformação social.

A cooperativa é uma estrutura sólida e bem dividida, cuja atuação neste empreendimento requer conhecimento prévio da forma adequada de funcionamento, das determinações legais e de todas as características que garantam a condução harmônica de suas ações. (SIQUEIRA, 2009).

A realização deste estudo objetivou analisar a legitimidade dos critérios adotados pelos projetos apoiados pelo Investimento Social Privado (ISP) para a definição e implantação de cooperativas enquanto estratégia de geração de trabalho e renda.

Conclui-se por meio das evidências encontradas na pesquisa que o único critério claro adotado para a implantação da cooperativa na primeira etapa do Projeto analisado era a necessidade de integração dos agricultores em um modelo de organização coletiva que permitisse a consecução dos objetivos empresariais que envolviam a consolidação da cadeia produtiva.

Posteriormente, sob a gestão da Empresa BETA, instituição cujo reconhecimento e credibilidade local nos seus investimentos sociais, garantido pelo tempo de permanência na região e pelo seu perfil de implantação de ações continuadas, lhe conferia legitimidade para, a partir dos conhecimentos acumulados, reconstruir o projeto de desenvolvimento local que proporcionasse a mudança no perfil social dos agricultores inseridos na cadeia produtiva apoiada, manteve-se apenas a decisão pela implantação da cooperativa como o modelo econômico mais adequado ao atendimento das necessidades dos envolvidos, não contando com a definição de critérios claros e específicos, previamente validados junto ao público alvo ou construídos participativamente.

A análise documental também não identificou a existência de avaliações, pela Empresa BETA, para a implantação do projeto, de outros modelos econômicos que pudessem organizar os agricultores e sua produção, o que poderia ser considerado como uma definição de critérios.

Neste sentido, não se pode afirmar que os critérios adotados para a decisão da cooperativa enquanto alternativa de geração de renda para comunidades vulneráveis são legítimos.

Vale evidenciar, que o trabalho não se propõe a invalidar os méritos desta tentativa de estímulo ao desenvolvimento, mas fazer uma releitura das etapas iniciais definidas para o mesmo, buscando apontar alguns equívocos do processo com vistas a contribuir com o seu aprimoramento e evitar a repetição do mesmo.

A pesquisa permite-nos inferir que tanto a ausência dos critérios como do envolvimento da comunidade na concepção do projeto, contribuiu na dificuldade apresentada para a integração dos agricultores em torno da causa, com vistas à constituição da cooperativa, evidenciado no atraso de dois anos entre o prazo definido para constituição da mesma e sua data de fundação, como também dos mecanismos para formação do grupo dos sócios fundadores.

Conforme demonstrado no estudo, o ISP pode gerar saldos positivos ou negativos, de acordo com o nível de comprometimento da empresa ou com a estratégia adotada. É importante que esta conheça as necessidades da comunidade a sua volta, buscando trabalhar na eliminação ou mitigação destas insuficiências, a partir dos referenciais fornecidos pelas próprias comunidades.

É importante saber que o impacto dos resultados obtidos por meio destes investimentos, normalmente, não compromete o desempenho econômico da empresa, podendo acarretar eventuais desgastes de imagem, recuperáveis ao longo do tempo. No entanto, quando se trata das comunidades diretamente envolvidas (ou beneficiadas) o impacto é inexorável, independente da qualidade deste.

O referencial teórico consultado revela que o fomento de cooperativas requer estratégias específicas e resguardam muitas dificuldades no cenário nacional, principalmente no Nordeste, uma vez que os agricultores, em função do seu processo histórico, resistem ao trabalho coletivo.

O que nos leva a afirmar que um projeto pautado no cooperativismo em regiões notadamente marcadas por este cenário, exige a priorização da educação cooperativista e o entendimento dos princípios deste movimento como estratégia central junto aos envolvidos, além da prática da construção participativa dos macrorresultados a serem alcançados, contribuindo com a legitimação da iniciativa e viabilização da mesma.

A certeza do potencial transformador da realidade local e da melhoria das condições de vida dos agricultores, por meio da ampliação dos resultados econômicos pela agregação de valor à matéria prima, na visão da Empresa BETA, conforme elucidado nos documentos, era o suficiente para mobilizar e manter os cooperados integrados em torno do Projeto.

Por outro lado, quando avaliados os fatores que motivaram a integração dos cooperados na cooperativa observa-se que os interesses ultrapassavam os resultados econômicos e centravam-se na manutenção da cultura assistencialista e paternalista. As expectativas estavam centradas na benemerência e doação, com soluções de caráter imediatista e concretizada sem envolvimento ou esforço por parte dos mesmos.

Por outro lado, a metodologia de abordagem comunitária adotada na primeira etapa do projeto corroborava e reforçava as expectativas da comunidade supracitadas, uma vez que estas focavam muito mais nos instrumentos de persuasão e convencimento, tendo em vista os benefícios do processo. A abordagem não contemplava o envolvimento comunitário, o conhecimento dos riscos e/ou a necessidade de participação ativa para alcance dos resultados positivos.

Observou-se na segunda etapa do Projeto, a implantação de instrumentos que proporcionavam a participação, o diálogo reflexivo, a tomada de decisão e a preparação dos

cooperados para superação dos desafios inerentes à mudança de cultura e gestão de um empreendimento coletivo.

O desconhecimento cooperativista por parte dos cooperados aliados a ausência de estratégias específicas para equacionar esta limitação possibilita inferir potencialidades e limitações no Projeto, tais como: dificuldade técnica para autogestão da cooperativa e falta de qualificação dos cooperados, levando-os a transferir a responsabilidade da condução executiva do negócio aos técnicos do Projeto e desconfiança e descrédito no ideal cooperativo. No entanto, os cooperados reconhecem a importância do movimento cooperativista e dos propósitos do Projeto, e atribuem ao mesmo diversos resultados positivos e benefícios alcançados no âmbito comunitário, pessoal e familiar.

Ademais, o cooperativismo é construído com base nas representações das relações sociais entre os envolvidos, por meio das quais são desenvolvidas as percepções das pessoas sobre as práticas cooperativistas, bem como é definida a forma como dão sentido, se apropriam e redesenham estas práticas. (CHARTIER, 1991).

A partir desta pesquisa sobre a Cooperativa ALFA, não é possível afirmar que a ausência de legitimidade nos critérios ou até mesmo, como neste caso, a ausência de critérios para implantação de cooperativa pela via do Investimento Social Privado influencia no sucesso ou insucesso destes empreendimentos. Esta iniciativa é um exemplo da contradição entre os objetivos sociais existentes na concepção filosófica do projeto e a racionalidade exigida pela sociedade.

Porém, pode-se afirmar que o cooperativismo e as diversas cooperativas implantadas enquanto alternativa para as comunidades vulneráveis, apresentam potencial para gerar renda e trabalho. O ponto crítico da Cooperativa ALFA, enquanto resultante e parte integrante de um ideal de liberdade e sobrevivência pelas vias cooperativistas, encontra-se entre o idealizado pelo investidor e o vivenciado na prática do Projeto e no cotidiano dos cooperados que deve ser constantemente ressignificado à luz destas práticas, para se transformar em realidade concreta, acessível e continuada. Diferente disto, ter-se-á apenas uma grande utopia.

REFERÊNCIAS

- ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Princípios Cooperativistas**. Disponível em: < <http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html> >: Acesso em: 25 maio 2009.
- ANJOS, Eliene Gomes dos. **COPRASUL: entre o idealizado e o vivido - uma análise da prática cooperativista do MST**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<http://www.programabolsa.org.br/pbolsa/galeria/arqDownTese/ELIENEGOMESDOSANJO S.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- ARAÚJO, Marivânia Conceição de. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano V, n. 2, p. 98-119, jul./dez. 2008.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, nov. 2002, p. 128-147.
- ASHLEY, Patricia (Org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ASHLEY, Patricia; COUTINHO, Renata. B. G.; TOMEI, Patrícia A. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: ENANPAD - Encontro Anual da ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, p. 443-464.
- BELL, J. **Como realizar um projecto de investigação**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1993.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.
- BORGER, F. H. Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. 2001. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: teoria e ejercicios**. 7. ed. Madrid: Paraninfo, 1991.
- BRUYNE, P., HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAMARGO, Mariangela Franco; et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Futura, 2001.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares**: os desafios da prática. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Hamdan. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3., 2004, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. **Academy of Management Review**, vol. 4, nº 4, 1979, p. 497-505.

_____. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders (balancing economic, legal and social responsibilities). **Business Horizons**, vol. 34, nº 4, july-august 1991: 39(10).

_____. Social Issues in Management Research: Experts' Views, Analysis, and Commentary. **Business and Society**, Apr. 1994; 33, 1; ABI/INFORM Global.

_____. Corporate social responsibility. **Business and Society**, Sept. 1999; 38,3; ABI/INFORM Global.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

CELLA José Renato Gaziero. A Crítica de Habermas à Ideia de Legitimidade em Weber e Kelsen. In: Congresso Mundial de Filosofia do Direito e Filosofia Social, 22., 2005, Espanha. **Anais...** Espanha, 2005.

CHARTER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol 5, n. 11, jan.-abr. 1991. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141991000100010&script=sci_arttext>.
Acesso em: 12 jan. 2011.

CIENFUEGOS, Ignacio Molina Álvarez de; FERNÁNDEZ, Santiago Delgado. **Conceptos fundamentales de Ciencia Política**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

COELHO, M. Q.; GONÇALVES, C. A. Uma Proposta de Avaliação para o Investimento Social Privado. In: Encontro da ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.

COSTA, Alessandra de Sá Melo da. **A Construção Discursiva da Responsabilidade Social Empresarial**: legitimidade, discursos organizacionais e poder. 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Faculdades IBMEC, Rio de Janeiro.

COUVANEIRO, Conceição S. **Práticas Cooperativas, Personalização e Socialização**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**: uma alternativa para o desemprego, 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DINIZ, Antonio Carlos de Almeida. **Teoria da Legitimidade do Direito e do Estado**: uma abordagem moderna e pós-moderna. São Paulo: Landy, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 1998.

DRUCKER, Peter F. **O Melhor de Peter Drucker**: A Sociedade. São Paulo: Nobel, 2002.

DUARTE Cristiani O. S.; TORRES, Juliana Q. R. **Responsabilidade Social empresarial**: dimensões históricas e conceituais. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. V. IV. São Paulo : Petrópolis : Instituto Ethos, 2005.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. **Responsabilidade Social**: a empresa hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1986.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

FARIA, José Eduardo. **Poder e legitimidade**: uma introdução à política do direito. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FIESP/CIESP. Núcleo de Ação Social. Responsabilidade Social Empresarial. Panorama e Perspectivas na Indústria Paulista. São Paulo: FIESP/CIESP, 2003.

FISCHER, Rosa M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

_____. Responsabilidade social: o desafio de colaborar. In: BOOG, Magdalena; BOOG, Gustavo (Coords). **Tempo de convergir**: o impacto nas pessoas, organizações e sociedade. São Paulo: Gente, 2003.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**: Os Economistas. São Paulo: Abril, 1985.

FRANTZ, Walter. Educação e Cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul./dez. 2001, p. 242-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

FREDERICK, William C.; DAVIS, Keith; POST, James E. **Business and Society**. 6. ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1988. Cap. 2.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo**: Primeiras lições, Brasília, DF: SESCOOP, 2004.

GAYOTTO, Adelaide M. **Formas primitivas de cooperação e precursores**. São Paulo: D.A.C., 1974.

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. **Sobre o GIFE**. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso: 20 dez. 2010.

_____. **Apresentação Institucional**: Tipologia do Investimento Social Privado. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso: 20 dez. 2010b.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, Vol. 35, nº 03, maio/jun. 2005, p. 20-29. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2011.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 4. ed. Vol. 1. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. ¿Como es posible la legitimidad por via de la legalidad? **Revista Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho**, Alicante: Universidad de Alicante, n. 5, p. 21-45, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Site institucional**. Disponível em: <<http://www.idis.org.br>>. Acesso em: 27 dez. 2010^a.

_____. **Programa DOAR**. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/iscom/historico-programadoar>>. Acesso em: 27 dez. 2010b.

_____. Matriz FOFA – Futuro do ISP. Fórum de Lideranças: O Futuro do Investimento Social na América Latina. São Paulo, set. 2007. Disponível em: <<http://www.idis.org.br>>. Acesso em: 27 dez. 2010c.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Crítérios essenciais de Responsabilidade Social Empresarial e seus Mecanismos de Indução no Brasil**. São Paulo: Ethos, 2006. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/criterios_essenciais_web.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2010.

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e Economia Social**: a prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem. São Paulo: STS, 1997.

JODELET, Denise. **Representação Social**: fenômenos, conceitos e teoria. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

JUNQUEIRA, Lília. A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.18/19, 2005, p.145-161.

KELSEN, Hans. O problema da justiça. 2. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Teoria Pura do Direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. **Más ética, más desarrollo**. Buenos Aires: Temas, 2006.

KOONTZ, Harold; WEIHRICH, Heinz. **Administración**: una perspectiva global. 11. ed. McGraw-Hill, 1998.

KREITLON, M. P. A Ética nas relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004.

LEGITIMIDADE. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2010. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Legitimidade&oldid=21116519>>. Acesso em: 3 maio 2010.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho. Limites e Potencialidades da Transposição de Referências Metodológicas da Organização Social para a Gestão de Projetos Econômicos Comunitários. In: ENANPAD, 2001, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/3/11.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Tradução de Maria da Conceição Corte-Real. Brasília, DF: UnB, 1980.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade Social e Governança**: o debate e as implicações. São Paulo: Pioneira Thomson Larnig, 2006.

MACIEL NETO, Pedro Benedito. **Qual a legitimidade de movimentos como o MST?** Junho/2008 Disponível em: <<http://www.macielneto.adv.br/artigos.php?tipo=2>>. Acesso em: 20 set. 2010.

MAGALHÃES, Iliana Maria Michel. Responsabilidade Social das Empresas e ação política dos indivíduos e da sociedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.24, n.4, out./dez. 1984.

MALERBA, J. As representações numa abordagem transdisciplinar: ainda um problema indócil, porém bem equacionado. In: MALERBA, J.; CARDOSO, C. F. (Org.).

Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papyrus, 2000.

MALERBA, J.; CARDOSO, C. F. (Org.). **Representações:** contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papyrus, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINELLI, Antonio C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. B. (Org.). **Terceiro setor:** desenvolvimento sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa Qualitativa em Psicologia:** fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes, 1994.

MARTINS FILHO, Ives Granda da Silva. A Legitimidade do Direito Positivo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MELO NETO, F. P. de.; FROES, César. **Responsabilidade social & Cidadania empresarial:** a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1999.

_____. **Gestão da responsabilidade social corporativa:** o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2001.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de Direito Comercial Brasileiro.** Campinas: Bookseller, 2001.

MENDONÇA, J. Ricardo C.; GONÇALVES, Júlio César S. Responsabilidade Social nas empresas: uma questão de imagem ou de substância. In: ENANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, 2002.

MENIN, Maria Suzana De Stefano. O aspecto normativo das representações sociais: comparando concepções. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 16, n. 30, p. 121-135, jan.-abr. 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/revista/arquivos/ED_30/14_o%20aspecto%20norm%20das%20represent.pdf>. Acesso em: 22 set. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONEZI, Mariangela. **Espírito cooperativista**: requisito essencial do cooperativismo. Disponível em: < <http://www.juriscrud.com.br/juriscrud/?cat=23>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

MOREIRA, Marcos Antonio Lima de. **Mini curso S A 8000**. Disponível em: <http://www.qualitas.eng.br/qualitas_minicurso_sa8000.html>. Acesso em: 22 dez. 2010.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. Introducción: El Campo de la Psicología Social. **Psicologia Social I**, Barcelona: Ediciones Paidós, 1984.

MUKHERJEE, R. Social reality and culture. **Current Sociology**, London, v.46, n.2, p.39-50, 1998.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como Alternativa de Mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NEUMANN, Lycia T. V.; NEUMANN, Rogério Arns. **Repensando o investimento social: a importância do protagonismo comunitário**. São Paulo: Global, 2004.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. Lei n. 5.764, de 12 de dezembro de 1971: Lei do Cooperativismo. Disponível em: < <http://www.ocb.org.br> >. Acesso em: 25 maio 2009.

_____. **Página institucional**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

OCEB – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.polisystem.com.br/oceb/cooperativismo/etica.html>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

OLIVEIRA, M. Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira. **Revista de Ciências Humanas**, Curitiba: UFPR, n.7/8, 1999, p.173-193.

ORÇAMENTO Participativo. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A7amento_participativo>. Acesso em: 28 set. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O Cooperativismo no Brasil**. CD-ROM, 2000.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **A Doutrina Cooperativista nos Regimes Capitalista e Socialista**. São Paulo: Pioneira, 1978

_____. **O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro**: Manual de Cooperativismo. 18. ed. São Paulo: Gráfica OCB, 1982.

PINTO, João Batista Moreira. A ação instituinte dos novos movimentos sociais frente à lei. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de (Org.). **Lições de direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1992. Vol. 2.

PINTO, Lygia Amadi da Silva. **Responsabilidade Social Empresarial**: uma reflexão sobre os indicadores de desempenho. 2006. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, São Paulo.

PORTER, Michael E; KRAMER, Mark R. Criação de Valor Compartilhado: como reinventar o capitalismo — e desencadear uma onda de inovação e crescimento. **Harvard Business Review Brasil**, Vol 89, n.01, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.hbrbr.com.br/index.php?codid=368>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

PROGRAMA Cooperjovem da Sescop e OCB. **A Turma da Cooperação**. Brasília: V.I,II e III, Nov/2000.

QUEIROZ, A. A responsabilidade social das empresas no Brasil: um estudo sobre indicadores. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 5., 2000. **Anais...** [S.l.], 2000, p. 24-27.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa**: a empresa do século XXI. São Paulo: LTR, 2000.

RICHARDSON, R. J.; et al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Celso P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). **O conhecimento do cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHOMMER, Paula Chies; NOGUEIRA, Fernando do Amaral. Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e Práticas em Construção. In: Encontro da ENANPAD, 32., Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Fábio C. da C. As Três Ondas da Gestão Socialmente Responsável no Brasil: Dilemas, Oportunidades e Limites. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007. 1 CD-ROM.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Alexandre Rezende da. Legalidade e legitimidade. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 63, mar. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3814>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

SILVA, B. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

SILVA, Marcimedes Martins da. **Suicídio**: Trama da Comunicação. 1992. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC, São Paulo.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, P.; SOUZA, R. S. **A Economia Solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SIQUEIRA, Emile Machado Alves Calmon de. **Curso Básico de Gestão de Cooperativas – Guia do Participante**. Salvador: Sebrae, 2009.

SOARES, J. J. **Sociedades cooperativas**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1929.

SOARES, Maria do Carmo Ramos. **As cooperativas e associações frente aos tributos**. Rev. e Ampl. por Luiza Assis Fleming Silva. São Paulo: ICA, 1993 (Série Estudos e Pesquisas, 2/93).

SOUZA, Antonio Carlos de. Movimentos Sociais, Assessoria e Pesquisa Acadêmica na educação de Jovens e Adultos. In: CEREJA - Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos, 2010. Disponível em <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_AntonioCarlosdeSouza.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé. (Org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília, DF: UnB, 1999.

SPINK, M. J. (Org) O Conhecimento no Cotidiano: As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STONER, J.; FREEMAN, R. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

SWAAN, Abraam de. **A cargo del Estado**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1992.

TECH, W. **Dicionário básico do cooperativismo**. Brasília, DF: Edição 2000.

TEIXEIRA, Eliane Tavares Natividade. **Adiamento da maternidade**: do sonho à maternagem. 1999. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Disponível em: <http://portalteses.icict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=000015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2010.

TEIXEIRA, Pedro Fialho. **Representações Sociais da Morte em Enfermeiros**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação em Saúde) – Universidade Aberta, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/708/1/LC233.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). **Responsabilidade Social Empresarial: teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VALA, Jorge. Monteiro, Maria B. **Psicologia Social**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2006.

VALADARES, José Horta. **Cooperativismo: lições para nossa prática**. Brasília, DF: SESCOOP/BA, 2003.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria Geral do Direito**. São Paulo: Malheiros, 1993.

VENTURA, Elvira C. F. Responsabilidade Social das Empresas sob a ótica do “Novo Espírito do Capitalismo”. In: ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia, 2003.

VERHAGEN, K. **Cooperation for survivor**. Dordrecht: IGC Printing, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Vol. 1. Brasília, DF: UnB, 2009.

_____. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). **Weber: Sociologia**. V.13, São Paulo: Ática, 2001.

WINGS - Worldwide Initiatives for Grantmaker Support. **Página Institucional**. Disponível em: <http://www.wingsweb.org/about/index_es.cfm> Acesso em: 20 fev. 2011a.

_____. **The 2010 Global Status Report on Community Foundations**. Disponível em: <http://wings-community-foundation-report.com/gsr_2010/gsr_home/home.cfm>. Acesso em: 20 fev. 2011b.

_____. Global Institutional Philanthropy report. Disponível em: <http://www.wingsweb.org/information/publications_global_institutional_philanthropy.cfm>. Acesso em: 20 fev. 2011c.

WOLKMER, Antônio Carlos. Legitimidade e legalidade: uma distinção necessária. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, n. 124, 1994, p. 179-184.

ZAMORA, Maria Helena. Contribuição Crítica a Projetos Comunitários. **POLÊMICA** – Revista Eletrônica, Rio de Janeiro: UERJ, nº 21, jan./set. 2007. Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br/pol21/oficinas/lipis_4.htm>. ISSN 1676-0727.

ZYLBERSTAJN, Décio. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org.). **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: UFV/DER, 2002.